

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2022

Porto Alegre, março de 2023 - A Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan ("Companhia") anuncia hoje os seus resultados referentes ao quarto trimestre de 2022 (4T22) e ao exercício de 2022 (2022). As comparações ao longo deste relatório são em relação ao quarto trimestre de 2021 (4T21) e ao exercício de 2021 (2021), exceto quando especificadas de outra forma. Todas as informações são apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e com métricas ajustadas não auditadas de EBITDA para possibilitar a adequada comparabilidade entre períodos, exceto quando especificadas de outra forma. Para as demonstrações contábeis auditadas, consulte os anexos deste documento. Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes

DESTAQUES FINANCEIROS

RECEITA LÍQUIDA DE ÁGUA E ESGOTO
2022 - R\$ 3.54 bil, +14,3% vs. 2021
4T22 - R\$ 957 mil, +17,4% vs. 4T21

EBITDA AJUSTADO

2022 - R\$ 1.12 bil, +35,5% vs. 2021
4T22 - R\$ 326 mil, +69,0% vs. 4T21

CAPEX

2022 - R\$ 643 mil, +33,8% vs. 2021

ALAVANCAÇÃO 4T22

Financeira - 0,40x - Dívida Líq. / EBITDA Ajust. Total - 1,29x - Dívida Líq. e outras / EBITDA Ajust.

LUCRO LÍQUIDO

2022 - R\$ 794 mil, +126,5% vs. 2021
4T22 - R\$ 241 mil, +561,7% vs. 4T21

DESTAQUES OPERACIONAIS

NÍVEL DE UNIVERSALIZAÇÃO
4T22 - 97,1% água, 20,7% esgoto

NÚMERO DE ECONOMIAS

4T22 - 3,2 milhões água, 574 mil esgoto

PERDAS DE ÁGUA

2022 - 43,1% IPD, 324 L/dia/ligação

VOLUME FATURADO

2022 - 317 milhões m³ água, 54 milhões m³ esgoto

EXTENSÃO DA REDE

4T22 - 29 mil km água, 5 mil km esgoto

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

2022 - 0,70 kWh/m³ água prod., 0,43 kWh/m³ esgoto trat.

ESTAÇÕES DE TRATAMENTO ATIVAS

4T22 - 166 água (ETAs), 85 esgoto (ETEs)

AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS

4T22 - 18 poços 4.0, 1 ETAs 4.0

IDADE DO PARQUE DE HIDRÔMETROS

4T22 - 2,8 anos

% ECONOMIAS GEOREFERENCIADAS

4T22 - 85%

OUTROS DESTAQUES

VALIDAÇÃO DA BASE DE ATIVOS - AGERGS

+ previsibilidade tarifária
+ segurança regulatória

AVANÇO DO SOLUTRAT

Início da cobrança por disponibilidade do serviço de solução individual em onze municípios

PIX COMO MEIO DE PAGAMENTO

+ opções de arrecadação
- custos de transação

100% DE CANAIS DIGITAIS

1ª empresa de saneamento do Brasil a digitalizar todos os serviços ao cliente

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

+ 50 mil pessoas impactadas em 2022

REVISÃO CADASTRAL

+ 44 mil economias em 2022

AVANÇO DO PLANO DE SEGURANÇA HÍDRICA

+ segurança de abastecimento de água
- exposição ao risco de eventos extremos

EXPANSÃO DO PROGRAMA ÁGUA, VIDA E CIDADANIA

+ 3,5 mil ligações de água cadastradas em 2022
+ qualidade de vida e segurança para a população
- perda comercial de água

PREMIAÇÃO RECORDE NO PNQS 2022

6 Troféus Quiron Ouro
1 Troféu Quiron Bronze
2 Casos premiados (Gestão de Ativos e Eficiência Operacional)

QUALIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO EM 2022

+ 45 Unidades Inteligentes + 254 torens de autoatendimento - tempo médio de atendimento presencial: 0,6 dia

PANORAMA DA DESESTATIZAÇÃO

12/jul - Anúncio da nova modelagem de desestatização: alienação integral de ações através de leilão
30/ago - Abertura da sala virtual de informações: início das diligências de interessados
01/nov - Realização da Audiência Pública de Leilão
20/dez - Realização da Sessão Pública de Leilão na B3. Consórcio Aegea apresenta proposta vencedora no valor total de R\$ 4,1 bilhões
30/dez - Homologação do Resultado do Leilão

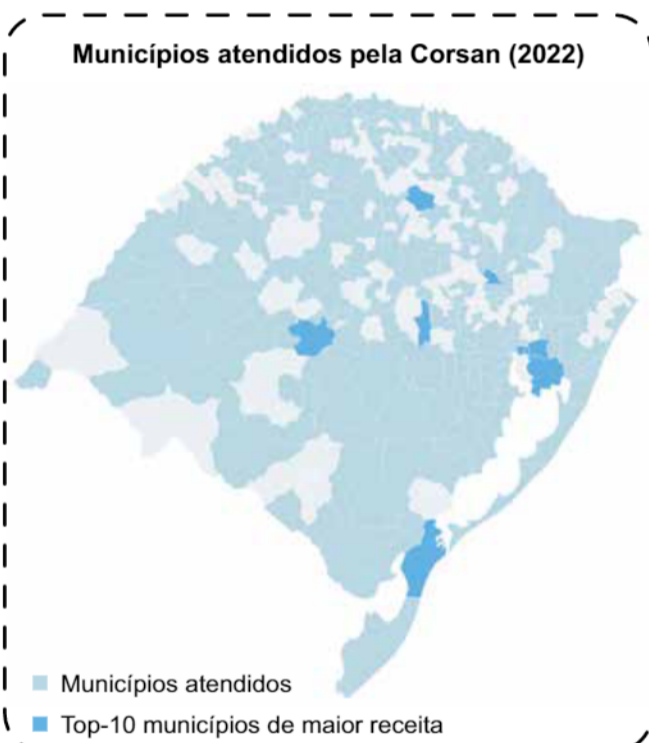
23/jan - Aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)
TBC - Etapa final*: Assinatura do contrato de compra e venda, liquidação financeira e transferência das ações

*Pendente do levantamento das medidas judiciais que impedem a assinatura de contrato

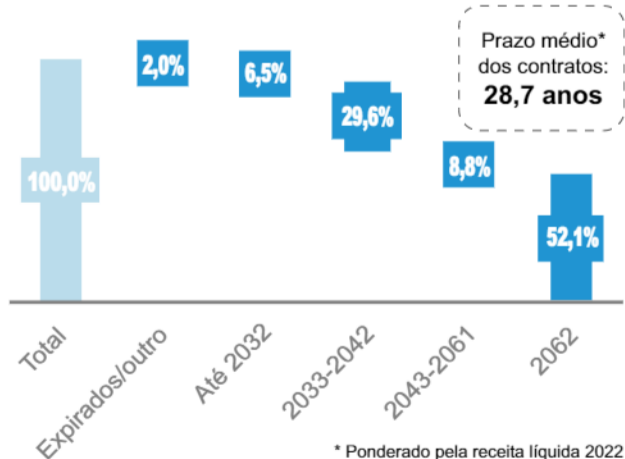
PANORAMA DOS CONTRATOS COM MUNICÍPIOS

317 municípios
6,4 milhões de pessoas atendidas
307 contratos válidos (97% receita 2022)
10 contratos expirados/outro (2% receita 2022)

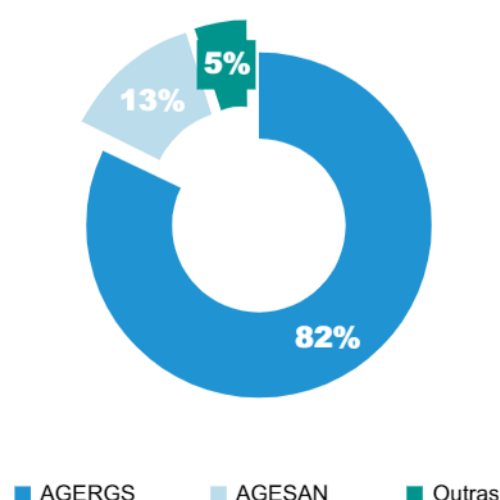
109 contratos aditivos (62% receita):
77 extensões de prazo até 2062 (51% receita 2022)
32 adequações às metas do NMS (11% receita 2022)



Vencimentos de contratos regulados (% receita líquida)



Agências reguladoras (% receita líquida)



| Município | % Receita | Vencimento do Contrato* | Agência Reguladora | NUA** | NUE*** |
|--------------------------------|--------------|-------------------------|--------------------|--------|--------|
| Canoas | 6,1% | 2062 | AGERGS | 100,0% | 54,8% |
| Santa Maria | 4,6% | 2062 | AGERGS | 100,0% | 66,3% |
| Passo Fundo | 3,7% | 2062 | AGERGS | 100,0% | 43,3% |
| Gravataí | 3,5% | 2062 | AGERGS | 100,0% | 45,1% |
| Rio Grande | 3,2% | 2062 | AGERGS | 100,0% | 33,5% |
| Alvorada | 2,7% | 2062 | AGERGS | 100,0% | 37,7% |
| Viamão | 2,5% | 2062 | AGERGS | 99,4% | 7,1% |
| Cachoeirinha | 2,4% | 2062 | AGERGS | 100,0% | 88,4% |
| Bento Gonçalves | 2,0% | 2062 | AGERGS | 100,0% | 0,6% |
| Santa Cruz do Sul | 2,0% | 2054 | AGERST | 100,0% | 25,2% |
| Top-10 municípios | 32,7% | | | | |
| Sapucaia do Sul | 1,8% | 2055 | AGESAN | 100,0% | 18,1% |
| Capão da Canoa | 1,6% | 2031 | AGESAN | 100,0% | 62,3% |
| Erechim | 1,5% | Anulado | AGER | 100,0% | 0,0% |
| Ijuí | 1,4% | 2062 | AGERGS | 100,0% | 25,7% |
| Guaíba | 1,4% | 2057 | AGESAN | 100,0% | 31,1% |
| Santa Rosa | 1,3% | 2062 | AGERGS | 100,0% | 40,8% |
| Lajeado | 1,3% | 2033 | AGERGS | 100,0% | 2,4% |
| Esteio | 1,3% | 2062 | AGERGS | 100,0% | 54,1% |
| Santo Ângelo | 1,3% | 2055 | AGERGS | 100,0% | 32,1% |
| Cachoeira do Sul | 1,3% | 2036 | AGERGS | 100,0% | 43,5% |
| 11º ao 20º município | 14,2% | | | | |
| 21º ao 100º município | 38,2% | | | | |
| Demais 217 municípios | 13,6% | | | | |
| Contratos não regulados | 1,1% | | | | |

* Considera os efeitos dos aditivos contratuais assinados até 16 de dezembro de 2021.

** Nível de Universalização de Água: população urbana atendida com sistema abastecimento de água dividida pelo total da população urbana residente segundo dados do IBGE.

*** Nível de Universalização de Esgoto: população urbana atendida com sistema de esgotamento dividida pelo total da população urbana residente segundo dados do IBGE.

**** Consiste em 2 contratos com entes privados para tratamento de efluentes industriais nos municípios gaúchos de Triunfo e Gravataí.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022 marcou o início de uma nova fase na história da Corsan, com destaque para o desfecho de sua desestatização. Gestada desde 18/03/2021, data em que se anunciou a decisão do Governo do RS pela alienação do seu controle acionário, a privatização foi definida em Sessão de Leilão realizada na B3, em 20/12/2022, com a vitória do Consórcio Aegea pelo valor de R\$ 4,1 bilhões.

Este também foi um ano de expressivos resultados para o negócio da Companhia, com a entrega de um EBITDA ajustado inédito, de R\$ 1,12 bilhão (+35,5% ante 2021), e lucro líquido também recorde, de R\$ 794 milhões (+126,5% ante 2021). Apesar dos avanços na agenda de otimização das operações, os números devem ser analisados com cautela. Em adição aos reajustes tarifários aplicados em julho de 2022 e do crescimento de 2,4% do volume faturado, fomos positivamente impactados pela ocorrência de eventos externos pontuais. No lado dos custos e despesas, verificou-se redução dos gastos com energia elétrica, decorrente da revogação da bandeira tarifária de escassez hídrica e da redução dos encargos incidentes. Observou-se, ainda, um menor nível de indenizações pagas frente às provisões previamente constituídas, com efeitos positivos relevantes sobre o resultado deste exercício.

Em relação às operações, crescemos em 5,6% o número de economias totais atendidas, alcançando 3,8 milhões em 2022. Ante o exercício anterior, foram 159 mil novas economias de água (+5,2%) e 40 mil novas economias de esgoto (+7,6%), fruto dos esforços da Companhia no cadastramento e regularização de usuários, bem como da expansão dos serviços de coleta e tratamento de esgoto.



O Presidente Roberto Barbuli discursa no Leilão da Companhia, na sede da B3. O Consórcio Aegea fez a proposta vencedora e será o novo controlador da Companhia após a liquidação da operação, prevista para 2023. (Foto: Itamar Aguiar/Palácio Piratini)

Também houve avanço relevante na frente de obras, representado pela maior execução, em termos nominais, de investimentos (CAPEX) da história da Corsan. Nos últimos 12 meses, foram investidos um total de R\$ 643 milhões, sendo 40% em sistemas de água, 30% em sistemas de esgoto e 22% em bens de uso geral. Tais investimentos estão expressos no avanço de obras estratégicas, como a duplicação das ETEs Lorenzi (Santa Maria) e Mato Grande (Canoas), e a construção da nova ETA de Santa Cruz do Sul. Apesar dos resultados, reconhecemos que a expansão dos serviços evoluiu em ritmo aquém do necessário para que, até 2033, sejam cumpridas as metas de universalização expressas no Novo Marco do Saneamento (Lei 14.026/2020). Em 31/12/2022, a cobertura de abastecimento de água da Corsan era de 97,1%, enquanto a cobertura de coleta e tratamento de esgoto registrava apenas 20,7%.

Com o objetivo de transformar essa realidade e cumprir com a legislação vigente é que o Governo do RS empreendeu ações pela desestatização da Corsan. O Consórcio Aegea, futuro controlador da Corsan, é formado pela Aegea Saneamento e Participações S.A. em associação com fundos de investimentos geridos por Perfin e Kinea. No momento desta divulgação de resultados, a Companhia aguarda a liquidação da operação, pendente de análises pelo Poder Judiciário e órgãos competentes de medidas de caráter liminar. A Aegea opera em áreas de concessão relevantes a nível nacional, sendo a maior delas o Bloco 4 do Rio de Janeiro.

A nova composição acionária oferecerá melhores condições para que a Corsan siga evoluindo na prestação dos seus serviços. Com ela, avançaremos dos atuais 20% de cobertura de esgoto para pelo menos 90% até 2033, o que produzirá efeitos transformadores sobre os indicadores de saúde, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento econômico e social em todo o RS. Como já sinalizamos os futuros acionistas, a diretriz será manter o atual quadro da Companhia, cumprindo com os compromissos oriundos da Legislação, do acordo coletivo vigente e dos contratos de trabalho.

Nessa nova etapa, reforçamos nosso compromisso de buscar a evolução contínua, com respeito aos cidadãos gaúchos, aos consumidores, às partes interessadas e à sociedade em geral.

A Administração

DESTAQUES FINANCEIROS

| (R\$ mil) | 4T22 | 4T21 | Δ (%) | 2022 | 2021 | Δ (%) |
|--|-----------------|-----------------|---------------|------------------|------------------|---------------|
| Receita Operacional Líquida, ex. construção | 957.225 | 815.100 | 17,4% | 3.543.960 | 3.100.168 | 14,3% |
| Receita de Água | 1.009.337 | 862.481 | 17,0% | 3.740.671 | 3.281.127 | 14,0% |
| Receita de Esgoto | 86.957 | 69.170 | 25,7% | 316.162 | 260.826 | 21,2% |
| Deduções da Receita | (139.069) | (116.551) | 19,3% | (512.873) | (441.785) | 16,1% |
| EBITDA | 328.229 | 146.294 | 124,4% | 1.113.847 | 676.939 | 64,5% |
| Margem EBITDA | 30,4% | 16,0% | 14,5 p.p. | 28,2% | 19,8% | 8,4 p.p. |
| EBITDA Ajustado | 625.576 | 192.699 | 69,0% | 1.118.837 | 825.717 | 35,5% |
| Margem EBITDA Ajustado | 34,0% | 23,6% | 10,4 p.p. | 31,6% | 26,6% | 4,9 p.p. |
| EBIT | 277.741 | 83.038 | 234,5% | 920.206 | 480.516 | 91,5% |
| Margem EBIT | 25,7% | 9,1% | 16,7 p.p. | 23,3% | 14,1% | 9,2 p.p. |
| Resultado financeiro | (20.949) | (44.956) | -53,4% | (69.379) | (162.268) | -57,2% |
| Lucro Líquido | 240.809 | 36.390 | 561,7% | 793.819 | 350.469 | 126,5% |
| Margem líquida | 22,3% | 4,0% | 18,4 p.p. | 20,1% | 10,3% | 9,8 p.p. |

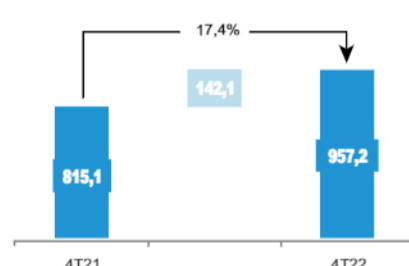
RECEITA LÍQUIDA

No 4T22, a Receita Operacional Líquida* atingiu R\$ 957,2 milhões, um aumento de 17,4% em relação ao 4T21. Justificamos essa variação os reajustes tarifários aplicados a partir de 1º de julho de 2022, bem como a aplicação da parcela diferida em 2021 para os municípios regulados pela AGERGS.

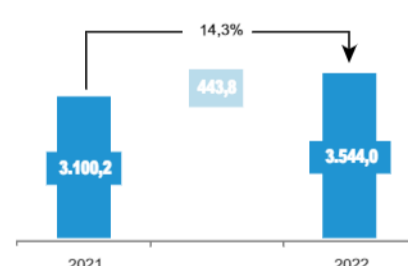
Em 2022, a Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 3.544 milhões, um aumento de 14,3% em relação a 2021. Tal variação é explicada pelos mesmos reajustes tarifários que impactaram a variação trimestral.

* Receita operacional líquida, registrada nas Demonstrações Financeiras, Nota Explicativa nº 28, deduzidas as receitas de construção com margem inferior a 2% e sem efeito caixa, no montante de R\$ 310,5 milhões em 2021 e R\$ 404,2 milhões em 2022.

Evolução da Receita Líquida (R\$ milhões)



Evolução da Receita Líquida (R\$ milhões)

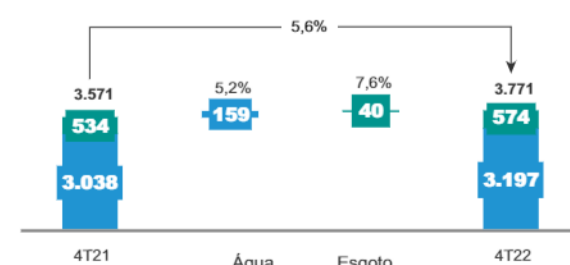


ECONOMIAS*

No 4T22, o número de economias atingiu 3,8 milhões, um aumento de 5,6% em relação ao 4T21. O número de economias atendidas com água apresentou um aumento de 5,2%, atingindo a marca de 3,2 milhões. As economias atendidas com coleta e tratamento de esgoto cresceram 7,6%, atingindo 574 mil - refletindo os investimentos e esforços para expansão da rede.

Em 4T22, a média de economias de água por ligação foi de 1,39. As regionais Nordeste, Metropolitana, Planalto, Central e Litoral apresentam resultado acima da média geral da Corsan, refletindo um maior adensamento e uma maior presença de condomínios urbanos.

Economias atendidas (mil), 4T22 vs. 4T21



Médio de economias por ligação (água), 4T22



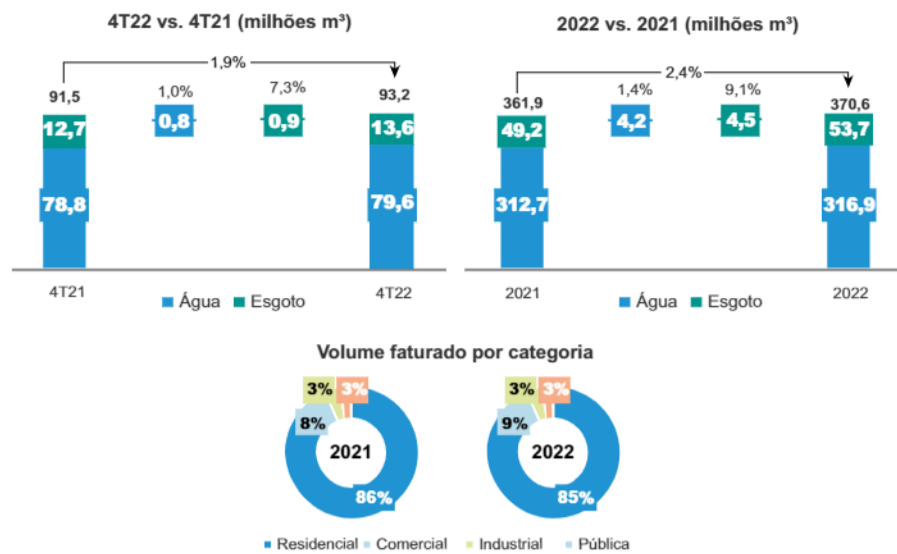
RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2022

* Economias: imóvel cadastrado de uma única ocupação, ou subdivisão cadastrada de um imóvel, com ocupação independente dos demais, perfeitamente identificável e/ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação, dotado de instalação privativa ou comum, para uso dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. São consideradas economias ativas e suspensas.

VOLUME FATURADO

No 4T22, o volume faturado total registrou 93,2 milhões de m³, aumento de 1,9% em relação ao mesmo período de 2021. O volume faturado de água apresentou uma variação de +1,0%, enquanto o volume faturado de esgoto apresentou crescimento de 7,3% em comparação ao 4T21 – refletindo novamente a ampliação da cobertura nos municípios atendidos pela Corsan.

O volume faturado cresceu 2,4% em 2022, tendo o volume de água variado +1,4%, e o volume de esgoto +9,1%. Os gráficos a seguir apresentam a evolução do volume faturado de água e esgoto.



SAZONALIDADE

A sazonalidade histórica do Volume Faturado Total da Corsan pode ser observada no quadro abaixo, no qual está demonstrada a distribuição do consumo dos serviços de água e esgoto pelos usuários ao longo dos trimestres. Como observado, os 1T historicamente têm maior representatividade no volume consumido anual.

| Ano | 1T | 2T | 3T | 4T | 12M |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 2020 | 27,5% | 23,8% | 23,3% | 25,4% | 100,0% |
| 2021 | 26,8% | 24,4% | 23,6% | 25,2% | 100,0% |
| 2022 | 27,4% | 23,4% | 24,1% | 25,1% | 100,0% |
| Média | 27,2% | 23,9% | 23,7% | 25,3% | 100,0% |

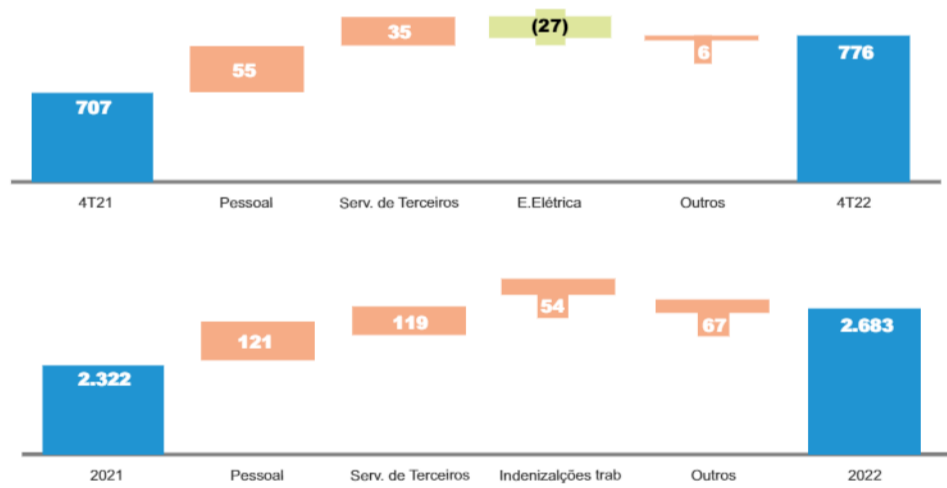
CUSTOS E DESPESAS

No 4T22, os custos e despesas, descontados as depreciações e amortizações, as provisões e os custos de construção, totalizaram R\$ 775,9 milhões, um crescimento de 9,7% na comparação com o 4T21. A variação total da comparação trimestral, na ordem de R\$ 68,5 milhões, é explicada principalmente pelos aumentos nas linhas de custos e despesas com pessoal (+R\$ 54,9 milhões, +17,2%) e serviços de terceiros (+R\$ 34,7 milhões, +32,2%). Em contrapartida, houve redução nos gastos com energia elétrica da ordem de R\$ 26,3 milhões (-29,4%).

Em 2022, os custos e despesas, descontados as depreciações e amortizações, as provisões e os custos de construção, totalizaram R\$ 2.682,6 milhões, o que representa um aumento de 15,5% na comparação com o total registrado em 2021. As principais linhas que justificam a variação anual total de R\$ 360,3 milhões são os custos e despesas com pessoal (+R\$ 120,6 milhões, +11,3%), serviços de terceiros (+R\$ 118,5 milhões, +29,9%) e indenizações trabalhistas (+R\$ 53,8 milhões, +33,3%). Na tabela a seguir estão detalhadas as variações das linhas de custos e despesas entre os trimestres e o exercício acumulado:

| (R\$ mil) | 4T22 | 4T21 | Δ (%) | 2022 | 2021 | Δ (%) |
|-----------------------------------|----------------|----------------|-------------|------------------|------------------|--------------|
| Pessoal | 373.564 | 318.681 | 17,2% | 1.186.587 | 1.066.033 | 11,3% |
| Serviços de terceiros | 142.616 | 107.913 | 32,2% | 515.489 | 396.944 | 29,9% |
| Energia elétrica | 64.404 | 91.181 | -29,4% | 313.241 | 340.570 | -8,0% |
| Indenizações trabalhistas | 55.643 | 48.444 | 14,9% | 215.570 | 161.770 | 33,3% |
| Gerais | 58.822 | 76.400 | -23,0% | 161.862 | 153.602 | 5,4% |
| Materiais de tratamento | 38.289 | 29.332 | 30,5% | 122.553 | 77.879 | 57,4% |
| PPP - RMPA | 18.332 | 12.744 | 43,8% | 74.990 | 43.764 | 71,4% |
| Outros materiais | 14.771 | 16.433 | -10,1% | 65.643 | 56.562 | 16,1% |
| Outros custos e despesas | 9.446 | 6.264 | 50,8% | 26.640 | 25.122 | 6,0% |
| Subtotal | 775.887 | 707.392 | 9,7% | 2.682.575 | 2.322.247 | 15,5% |
| Custos de construção | 119.634 | 100.488 | 19,1% | 397.423 | 305.963 | 29,9% |
| Depreciações e amortizações | 50.488 | 63.257 | -20,2% | 193.641 | 196.423 | -1,4% |
| Provisões (reversões de provisão) | (69.805) | (11.341) | 515,5% | 23.280 | 173.255 | -86,6% |
| Total | 876.204 | 859.796 | 1,9% | 3.296.919 | 2.997.888 | 10,0% |

* Refere-se às informações da Nota Explicativa nº 29 das Demonstrações Financeiras ("Custos, Despesas e Outras Receitas"). Nesta apresentação, optou-se por uma abertura mais analítica, e se excluiu os valores de Outras Receitas Operacionais.



Pessoal e indenizações trabalhistas:

No 4T22, os custos e despesas com pessoal, excetuando as indenizações trabalhistas, totalizaram R\$ 373,6 milhões – aumento de R\$ 54,9 milhões (+17,2%) ante o 4T21. Essa variação decorre principalmente das repercussões dos acordos coletivos celebrados em 2022, que produziram aumentos de remuneração e de benefícios aos empregados.

No exercício de 2022, os custos e despesas com pessoal foram de R\$ 1.186,6 milhões, excetuando as indenizações trabalhistas, o que representa um acréscimo de R\$ 120,6 milhões (+11,3%) em relação ao exercício de 2021. A variação é também explicada, em maior medida, pelos efeitos dos acordos coletivos na folha de pagamentos. A Companhia encerrou 2022 com 5.615 colaboradores, um decréscimo de 1,9% em relação a 2021.

As indenizações trabalhistas somaram R\$ 55,6 milhões no 4T22, ante R\$ 48,4 milhões no 4T21 (+14,9%). Esse aumento no período é atribuído principalmente à maior celeridade na conclusão de processos que tramitam na Justiça do Trabalho.

No exercício de 2022, as indenizações trabalhistas foram de R\$ 215,6 milhões – aumento de R\$ 53,8 milhões (+33,3%) em relação ao exercício de 2021, justificado principalmente pelo mesmo motivo exposto anteriormente. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figurava no polo passivo em um total de 7.601 processos judiciais de natureza trabalhista (7.221 processos da mesma natureza em 31 de dezembro de 2021).

Serviços de Terceiros:

No 4T22, os custos e despesas com serviços de terceiros, excetuando os custos com a PPP da Região Metropolitana de Porto Alegre, totalizaram R\$ 142,6 milhões ante R\$ 107,9 milhões no 4T21 (+32,2%). A explicação para esse aumento reside nos maiores gastos com serviços técnicos profissionais, serviços de apoio operacional e serviços de conservação e manutenção.

Os custos e despesas com serviços de terceiros, excetuando os custos com a PPP da Região Metropolitana de Porto Alegre, foram de R\$ 515,5 milhões no exercício de 2022 e de R\$ 396,9 milhões em 2021 (+29,9%).

Essa variação ano contra ano é explicada pelo aumento de gastos com serviços técnicos profissionais (R\$ 53,6 milhões, ou 75% vs. 2021) e se justifica por (1) ações comerciais com a finalidade de redução da inadimplência, como recadastramento e cobrança ativa de clientes devedores, e melhorias dos canais de atendimento, inclusive call-center, e (2) entregas estratégicas relacionadas à desestatização e ao plano de otimização da Companhia. Verificou-se ainda aumento relevante nos serviços de apoio operacional (aumento de R\$ 42,0 milhões, ou +28%). Por fim, variação relevante também foi registrada nos gastos de caminhões-pipa, com crescimento de R\$ 7,3 milhões, ou +138% ante 2021, resultado da escassez hídrica verificada, principalmente, em municípios da serra gaúcha.

Energia

Os gastos com energia elétrica totalizaram R\$ 64,4 milhões no 4T22, uma redução de 29,4% em relação ao 4T21. Isso é explicado, em parte, pelo retorno à bandeira tarifária "verde", em oposição à bandeira "escassez hídrica", que vigorava em 4T21. Em adição, houve redução na cobrança de ICMS sobre energia – de 30% em 2021 para 17% a partir de julho/2022, com incidência em apenas 70% da tarifa total.

Em 2022, o total gasto com energia elétrica foi de R\$ 313,2 milhões ante R\$ 340,5 milhões registrados em 2021 – o que significa uma redução de 8% explicada pelos motivos expostos anteriormente.

Gerais

Os custos e despesas gerais totalizaram R\$ 58,8 milhões no 4T22 ante R\$ 76,4 milhões no 4T21 (-23,0%). Essa redução se justifica pelos Custos de Concessão de natureza não recorrente verificados no 4T21 relacionados aos aditivos contratuais assinados com os municípios de Canoas e de Viamão no valor total de R\$ 49,3 milhões.

No 4T22, foi contabilizada a perda de processo judicial que questionava a incidência de PASEP e COFINS sobre as receitas financeiras, impactando a linha de custos e despesas gerais em R\$ 22,8 milhões no 4T22. Esse processo judicial, que era considerado de perda provável, estava suportado por provisão, que foi revertida no 4T22. Portanto, o efeito líquido da perda no resultado do período é nulo.

Excetuando esses dois eventos citados, os custos e despesas gerais totalizam R\$ 36,0 milhões no 4T22, aumento de 32,9% em relação ao 4T21. Esse aumento é justificado principalmente pelos maiores gastos com Fundo Municipal de Gestão Compartilhada (FMGC) e pelo maior nível de indenizações, de cunho não trabalhista, pagas a terceiros.

Em 2022, os custos e despesas gerais totalizaram R\$ 161,9 milhões – aumento de 5,4% em relação a 2021, explicado principalmente pelos maiores gastos com FMGC e pelas baixas de títulos a receber incorríveis ocorridas em 2022.

Materiais de tratamento

No 4T22, os gastos com materiais de tratamento de água e esgoto somaram R\$ 38,3 milhões, aumento de 30,5% na comparação com o 4T21. Esse aumento é explicado em larga medida pela elevação de preços nos insumos utilizados para produção do sulfato de alumínio, principal produto empregado no tratamento da água e que é produzido pela Companhia. Buscou-se minimizar esse impacto com a adoção de outros materiais de tratamento de água, notadamente o polidloreto de alumínio (PAC).

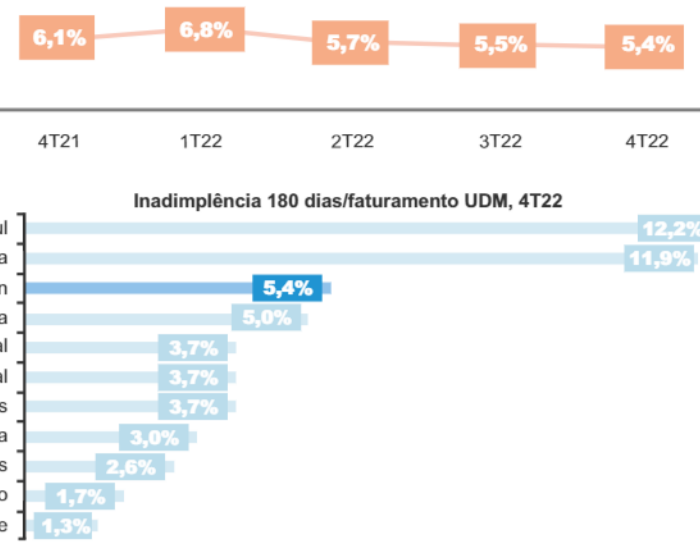
Na comparação anual, observou-se aumento de 57,4%, totalizando R\$ 122,5 milhões em gastos com materiais de tratamento de água e esgoto, igualmente explicado pelos motivos expostos anteriormente.

INADIMPLÊNCIA

A Corsan acompanha, como principal indicador de inadimplência estrutural do negócio, a representatividade dos títulos com atrasos acima de 180 dias após o vencimento, dividido pelo faturamento nos últimos 12 meses. Temos como objetivo a redução desse índice através da prestação de um serviço de qualidade, de uma comunicação clara e tempestiva com os clientes, e do oferecimento de formas diferenciadas para quitação de pendências.

No 4T22, a Inadimplência 180 dias foi de 5,4%, com maiores índices nas superintendências regionais Sul e Metropolitana. A redução se deve pela baixa de títulos incorríveis e por ações de cobrança ativa de clientes inadimplentes.

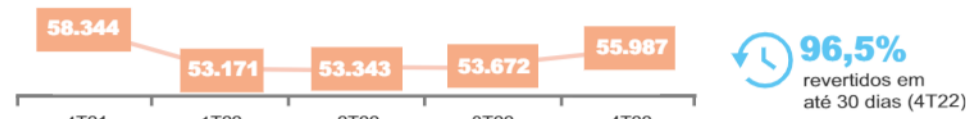
Inadimplência 180 dias/faturamento UDM, 4T22



SUSPENSÃO DO ABASTECIMENTO

O corte do abastecimento de água é um dos instrumentos utilizados para controle da inadimplência. No 4T22, o número de ligações cortadas foi de 55.987, queda de 4,0% em relação ao 4T21.

Cortes de água realizados em clientes residenciais



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

No 4T22, o EBITDA foi de R\$ 328,2 milhões, um aumento de 124,4% contra 4T21. Esse aumento é devido, principalmente ao: (i) aumento da receita líquida relacionado aos reajustes tarifários aplicados a partir de 01/07/2022, que conseguiu compensar a elevação dos custos e despesas; e (ii) menor impacto líquido resultante das indenizações pagas, provisões adicionais e saques e reversões relacionados ao passivo contingente. A Margem EBITDA, medida a partir da divisão do EBITDA pela receita líquida, atingiu 30,4% ante 16,0% no 4T21, aumento de 14,5 p.p.

Em 2022, o EBITDA foi de R\$ 1.113,8 milhões, um aumento de 64,5% na comparação com 2021 – largamente explicado pelos motivos anteriormente elencados. A Margem EBITDA atingiu 28,2%, aumento de 8,4 p.p. em relação a 2021.

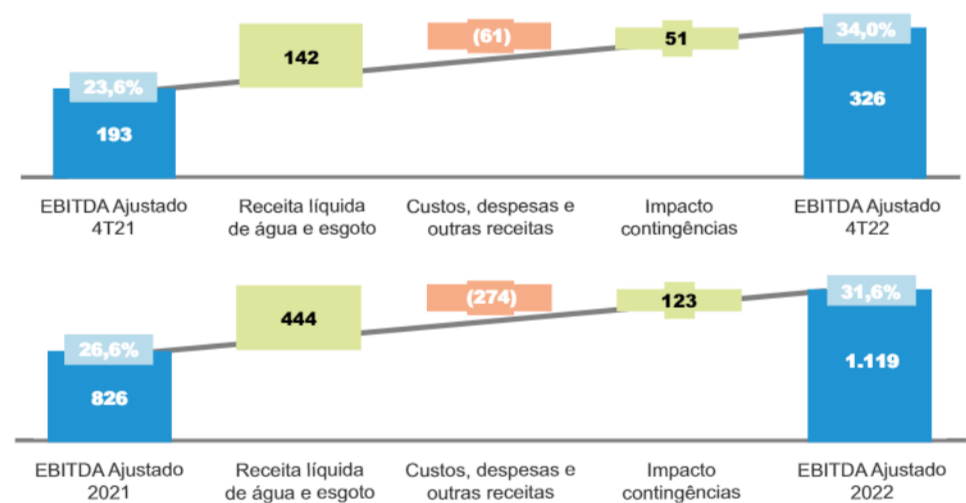
O EBITDA Ajustado foi construído pela Companhia com a intenção de permitir uma melhor interpretação do desempenho operacional, modelo de negócio e conversão de caixa. A métrica busca eliminar efeitos de receitas e despesas não recorrentes, assim como afastar o resultado da margem de construção (diferença entre as receitas e os custos de construção).

No 4T22, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 325,6 milhões, crescimento de 69,0% frente ao 4T21, explicada em larga medida pelos mesmos motivos que influenciaram o EBITDA. A Margem EBITDA Ajustado, obtida a partir da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida (excetuando as receitas de construção), atingiu 34,0% - aumento de 10,4 p.p. em relação ao 4T21.

Em 2022, o EBITDA Ajustado registrou R\$ 1.118,8 milhões ante R\$ 825,7 milhões em 2021, aumento de 35,5% que é igualmente explicado pelos motivos expostos anteriormente. A Margem EBITDA Ajustado em 2022 foi de 31,6%, aumento de 4,9 p.p. na comparação com 2021.

A tabela a seguir apresenta a reconciliação do EBITDA e do EBITDA Ajustado, demonstrando quais os itens foram excluídos e adicionados.

| (R\$ mil) | 4T22 | 4T21 | Δ (%) | 2022 | 2021 | Δ (%) |
|--|----------------|----------------|---------------|------------------|----------------|---------------|
| Lucro líquido do período | 240.810 | 36.391 | 561,7% | 793.819 | 350.469 | 126,5% |
| AJUSTES POR DEFINIÇÃO | | | | | | |
| (+/-) Resultado financeiro líquido | 20.949 | 44.955 | -53,4% | 69.379 | 162.268 | -5,2% |
| (+) CSLL | 15.984 | 1.692 | 844,7% | 57.008 | (32.221) | N/A |
| (+) Depreciações e amortizações | 50.488 | 63.256 | -20,2% | 193.641 | 196.423 | -1,4% |
| EBITDA | 328.231 | 146.294 | 124,4% | 1.113.847 | 676.939 | 64,5% |
| Margem EBITDA | 30,4% | 16,0% | 14,5 p.p. | 28,2% | 19,8% | 8,4 p.p. |
| AJUSTES DA ADMINISTRAÇÃO | | | | | | |
| (+/-) Efeitos não recorrentes | (855) | 47.902 | N/A | 11.771 | 153.311 | -92,3% |
| Reversão de PDD | (1.947) | - | N/A | (13.170) | - | N/A |
| Baixa de contas a receber incorríveis | 1.092 | - | N/A | 24.941 | - | N/A |
| Provisões adicionais - passivo trabalhista | - | - | N/A | - | 102.133 | N/A |
| Variações da imunidade tributária | - | (1.399) | N/A | - | (8.945) | N/A |
| Expedição do precatório da União | - | - | N/A | - | 10.822 | N/A |
| Custos de concessão extraordinários | - | 49.301 | N/A | - | 49.301 | N/A |
| (-) Margem de construção | (1.800) | (1.497) | 20,2% | (6.781) | (4.633) | 49,6% |
| Receitas de construção | (121.434) | (101.985) | 19,1% | (404.204) | (310.496) | 30,2% |
| Custos de construção | 119.634 | 100.488 | 19,1% | 397.423 | 305.963 | 29,9% |
| EBITDA Ajustado | 325.576 | 192.699 | 69,3% | 1.118.837 | 825.717 | 35,5% |
| Margem EBITDA Ajustado | 34,0% | 23,6% | 10,4 p.p. | 31,6% | 26,6% | 4,9 p.p. |



Ajustes realizados

As adições e exclusões, bem como os motivos que as justificam, são os seguintes:

Em 4T22, foi registrada uma baixa de títulos incorríveis de R\$ 1,1 milhão a partir da revisão nas contas a receber de clientes. A atualização do seu saldo ensejou uma reversão de PDD da ordem de R\$ 1,9 milhão com efeito positivo no resultado. Pela sua natureza extraordinária e não recorrente desse evento de revisão, os efeitos foram excluídos. Em 2022, esses mesmos efeitos são, respectivamente, R\$ 24,9 milhões e R\$ 13,2 milhões.

O valor considerado como "Provisões adicionais - passivo trabalhista" representa esforços internos para aprimoramento do provisionamento relacionado ao contencioso trabalhista. Os trabalhos consistiram em minuciosa revisão dos processos de natureza trabalhista a que a Companhia responde – não tendo havido alteração no critério de provisionamento. A revisão foi executada em 2021 com estabelecimento de um projeto específico da área Jurídica, e, pela sua natureza extraordinária, a Companhia entende que os R\$ 102,1 milhões relacionados aos impactos desse projeto devem ser excluídos da análise de desempenho - a fim de se obter melhor comparabilidade entre os resultados dos exercícios.

As variações relacionadas ao crédito da imunidade tributária sobre impostos federais tiveram impacto negativo de R\$ 1,4 milhões no 4T21 e R\$ 8,9 milhões em 2021 – assim como a expedição de precatório da União impactou negativamente em R\$ 10,8 milhões em 2021. Por estarem relacionadas a eventos não recorrentes, esses efeitos foram excluídos.

Os custos de concessão extraordinários, que somaram R\$ 49,3 milhões no 4T21, estão relacionados a compromissos firmados com os municípios de Canoas e Viamão previstos nos aditivos contratuais assinados em dezembro de 2021. Pela natureza não recorrente, tal valor foi removido no 4T21 e 2021.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2022

OBRAS DE EXPANSÃO

A Corsan realiza investimentos para a expansão dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. Abaixo, algumas das obras estratégicas que avançaram ou foram concluídas no exercício de 2022.



Nova ETA de Santa Cruz do Sul

Projeto com vazão nominal de 800 L/s, reservatório de 3.000m³ e desaguamento mecanizado do lodo. Previsão de conclusão: 2024.



Emissário de Esgoto Tratado (São Borja)

Finalização do EET da Estação de Tratamento de Esgoto de São Borja.



Tanque de Lodo da ETA Aceguá

Sistema de desaguamento de lodo da Estação de Tratamento de Água no município de Aceguá.



Duplicação da ETE Lorenzi (Santa Maria)

Projeto com vazão nominal para tratar outros 520L/s do esgoto coletado no município. Previsão de conclusão: 2023.



Nova ETE de Pedras Altas

Nova Estação de Tratamento de Esgoto foi entregue pela Diretoria de Expansão em setembro de 2022.

ENDIVIDAMENTO

A Dívida Bruta Financeira, que soma os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures, atingiu R\$ 1,1 bilhão no 4T22, praticamente sem variação em relação ao encerramento de 2021. O saldo de Caixa e Equivalentes somou, em 31/12/2022, R\$ 665,1 milhões, apresentando queda de R\$ 13,9 milhões ante 2021. A Dívida líquida, portanto, registrou R\$ 445,2 milhões em 31/12/2022 ante R\$ 473,4 milhões em 2021.

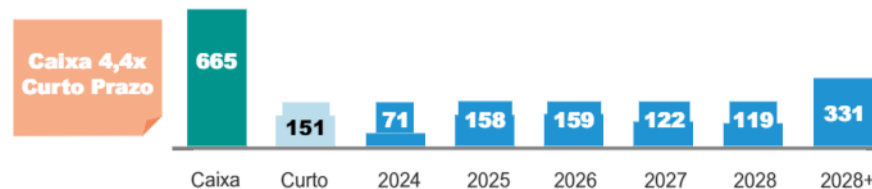
Por entendermos que a natureza do passivo da Companhia não é de origem meramente financeira, criamos o indicador Alavancagem Total, que inclui dívidas não financeiras e reflete de modo mais realista a situação das obrigações da Companhia. O indicador, medido pelo índice Dívida líquida e Outras Dívidas/EBITDA Ajustado UDM, registrou 1,29x em 31/12/2022, menor do que os 2,07x registrados em 2021 devido, principalmente, à elevação do EBITDA Ajustado e da redução das provisões para riscos tributários cíveis, ambientais e trabalhistas e da provisão para benefício pós-emprego: plano de benefício definido.

Por fim, a Alavancagem Financeira da Companhia, medida pelo índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado UDM ficou em 0,40x em 31/12/2022, ante o registrado no fechamento do exercício anterior, de 0,57x. A diminuição no índice se deve, sobretudo, à elevação do EBITDA Ajustado UDM.

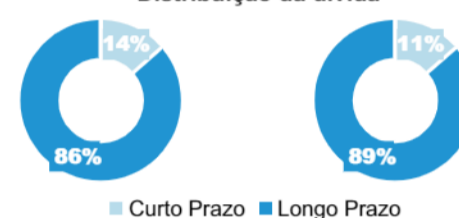
| (R\$ mil) | 2022 | 2021 | Δ (%) |
|--|------------------|----------------|--------------|
| Dívida líquida e outras dívidas | 1.440.817 | 1.710.072 | -15,7% |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | (665.124) | (678.979) | -2,0% |
| (+) Empréstimos e financiamentos - C | 95.645 | 114.427 | -16,4% |
| (+) Debêntures - C | 55.380 | 13.899 | 298,4% |
| (+) Empréstimos e financiamentos - NC | 347.787 | 406.719 | -14,5% |
| (+) Debêntures - NC | 611.524 | 617.350 | -0,9% |
| (+) Dividendos e juros sobre o capital próprio | 71.161 | 83.207 | -14,5% |
| (-) Precatórios a receber - C | - | (129.146) | N/A |
| (-) Precatórios a receber - NC | (344.176) | (209.308) | 64,4% |
| (+) Provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas | 619.565 | 718.801 | -13,8% |
| (+) Provisão para benefício pós-emprego: plano de benefício definido | 440.782 | 527.920 | -16,5% |
| (+) Provisão para benefícios pós-emprego: sistema de assistência IPA-SAÚDE | 208.273 | 229.042 | -9,1% |
| (+) Parcelamento de imposto e contribuições | - | 16.140 | N/A |
| EBITDA Ajustado UDM | 1.118.837 | 825.717 | 35,5% |
| Dívida Líquida e Outras Dívidas / EBITDA Ajustado UDM | 1,29x | 2,07x | |
| Dívida Líquida / EBITDA Ajustado UDM | 0,40x | 0,57x | |

No período encerrado em 4T22, a dívida de curto prazo representou 13,6% da dívida total e 22,7% do saldo de caixa e equivalentes, como demonstramos a seguir:

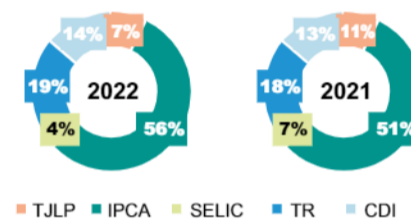
Caixa e Cronograma de Amortização da Dívida (R\$ milhões)



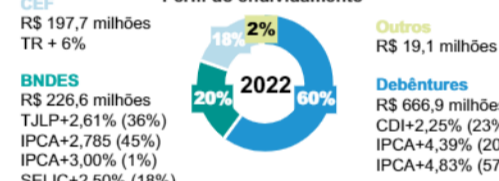
Distribuição da dívida



Atualmente, a dívida financeira da Corsan está atrelada majoritariamente ao IPCA. O aumento da participação do indexador é característico das linhas de financiamento das Debêntures e BNDES contratadas pela Companhia no período. Os gráficos a seguir apresentam a composição da dívida bruta por indexador:



Perfil do endividamento



A tabela a seguir apresenta as cláusulas mais restritivas a que a Companhia esteve submetida em 4T22. Neste trimestre, todos os covenants de contratos de empréstimo e financiamento foram cumpridos pela Corsan.

| Cláusulas restritivas (covenants) | Limite |
|---|-----------------------|
| Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Total (ICSD) = EBITDA Ajustado / Serviço da Dívida | Maior ou igual a 1,9 |
| Dívida Líquida + Outras Dívidas / EBITDA | Menor ou igual a 4,0x |
| Dívida Líquida / EBITDA | Menor ou igual a 2,0x |
| Dívida Financeira sobre EBITDA | Menos ou igual a 3,0x |
| Dívida Financeira Ajusta sobre EBITDA | Menos ou igual a 5,0x |
| Cobertura do Serviço da Dívida Prospectiva | Maior ou igual a 1,5x |

RESULTADO FINANCEIRO

No 4T22, o resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 20,9 milhões ante uma despesa de R\$ 45,0 milhões em 4T21. A variação deveu-se pela redução das despesas financeiras, que por sua vez origina de um menor nível de variações monetárias passivas.

No exercício de 2022, o resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 69,4 milhões, representando uma redução de 57,2% em relação à despesa registrada em 2021. No período, as receitas financeiras aumentaram 54,4%, impulsionadas pelo incremento de rendimento das aplicações financeiras – principal explicação para essa variação.

| (R\$ mil) | 4T22 | 4T21 | Δ (%) | 2022 | 2021 | Δ (%) |
|-------------------------------------|-----------------|-----------------|---------------|-----------------|------------------|---------------|
| Receitas financeiras | 57.077 | 47.053 | 21,3% | 239.336 | 154.479 | 24,9% |
| Despesas financeiras | (78.026) | (92.008) | -15,2% | (308.715) | (316.747) | -2,5% |
| Resultado financeiro líquido | (20.949) | (44.955) | -53,4% | (69.379) | (162.268) | -57,2% |

PASSIVO JUDICIAL

No 4T22, o valor total bruto das provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas, correspondente às ações com prognóstico de perda "provável", registrou R\$ 1.052,5 milhões, uma queda de 6,2% em relação a 31/12/2021. Esse resultado se deve, em parte, pelos saques e reversões relacionados a esses processos, bem como da desaceleração de novas provisões. Deduzidos os depósitos judiciais, a provisão líquida em 4T22 registrou R\$ 619,6 milhões, representando queda de 13,8% vis à vis 2021.

Prognóstico de perda provável

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários

| | 2022 | | 2021 | |
|-------------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|
| | Valor (R\$ mil) | Qtd. | Valor (R\$ mil) | Qtd. |
| Trabalhista | 876.092 | 4.377 | 917.216 | 4.422 |
| Cível | 151.311 | 506 | 151.167 | 576 |
| Ambiental | 12.535 | 18 | 11.554 | 19 |
| Tributário | 12.565 | 53 | 42.325 | 84 |
| Total | 1.052.503 | 4.954 | 1.122.262 | 5.101 |
| Depósitos judiciais | (432.938) | - | (403.461) | - |
| Provisão líquida | 619.565 | - | 718.801 | - |

Já o estoque de processos com prognóstico de perda "possível" (não provisionados) registrou R\$ 682,9 milhões, um aumento de 44,1% em relação ao verificado em 31/12/2021, justificado, principalmente, pelo aumento de R\$ 156 milhões dos processos de natureza cível. O número ações também cresceu, somando 10.665 (+22,7% vis à vis 2021).

Prognóstico de perda possível

| | 2022 | | 2021 | |
|--------------|-----------------|---------------|-----------------|--------------|
| | Valor (R\$ mil) | Qtd. | Valor (R\$ mil) | Qtd. |
| Trabalhista | 345.786 | 2.671 | 295.251 | 2.291 |
| Cível | 325.925 | 7.899 | 169.579 | 6.249 |
| Ambiental | 5.551 | 50 | 2.331 | 52 |
| Tributário | 5.661 | 45 | 6.784 | 99 |
| Total | 682.923 | 10.665 | 473.945 | 8.691 |

INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS

| | |
|--|--|
| SASB IF-WU-130a.1 ENERGIA CONSUMIDA 2022 - 439.543 MWh, 50% ACL 50% ACR | PARTICIPAÇÃO DE FONTES RENOVÁVEIS 2022 - 46,4% |
| SASB IF-WU-000.E EXTENSÃO DE REDE 4T22 - 29 mil km água, 5 mil km esgoto | SASB IF-WU-140a.1 SUBSTITUIÇÃO DE REDES 2022 - 0,55%, 162,0 km |
| TARIFA SOCIAL 4T22 - 40 mil econ., 1,3% total, +8,4% vs. 4T21 | SASB IF-WU-240a.3 CORTES DE ÁGUA 2022 - 216,2 mil, 92,4% religadas em <30 dias |
| FUNCIONÁRIOS 4T22 - 5.615, 71% Homens 29% Mulheres | IDADE DOS EMPREGADOS < 30 - 6% 31-50 - 58% > 50 - 36% |
| CARGOS DE GESTÃO OCUP. POR MULHERES 4T22 - 31,7% | EMPREGADOS COBERTOS POR ACORDOS DE NEG. COLETIVA 4T22 - 100% |

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|------|------------------|------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | 2.722.636 | 2.721.228 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5.a | 665.124 | 678.979 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 531.899 | 484.169 |
| Estoques | 7 | 114.401 | 115.502 |
| IRPJ e CSLL a recuperar | 8.c | 1.397.210 | 1.299.397 |
| Precatórios a receber | 9 | - | 129.146 |
| Outros créditos | 11 | 14.002 | 14.035 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 5.763.057 | 5.121.833 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | 2.959.296 | 2.583.930 |
| Aplicações financeiras | 5.b | 61.948 | 54.133 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 5.412 | 4.951 |
| Créditos fiscais diferidos | 8.a | 113.046 | 126.226 |
| Ativos financeiros contratuais | 12 | 675.923 | 638.843 |
| Indenização por desapropriação | 10 | 53.999 | 46.561 |
| IRPJ e CSLL a recuperar | 8.c | 26.021 | 25.414 |
| Ativos de contratos | 13 | 1.652.239 | 1.463.138 |
| Precatórios a receber | 9 | 344.176 | 209.308 |
| Outros créditos | 11 | 26.532 | 15.356 |
| INVESTIMENTOS | | 287 | 791 |
| IMOBILIZADO | | 177.633 | 157.285 |
| Imobilizado técnico | 14 | 166.101 | 132.957 |
| Ativos de direito de uso | 16.a | 11.532 | 24.328 |
| INTANGÍVEL | | 2.625.841 | 2.379.827 |
| TOTAL DO ATIVO | | 8.485.693 | 7.843.061 |
| PASSIVO CIRCULANTE | | 2.110.650 | 1.968.409 |
| Empréstimos e financiamentos | 18 | 95.645 | 114.427 |
| Debêntures | 19 | 55.380 | 13.899 |
| Fornecedores | | 164.414 | 140.159 |
| Impostos e contribuições | | 53.852 | 31.847 |
| Parcelamentos de impostos e contribuições | 20 | - | 16.140 |
| Salários e encargos a pagar | | 154.980 | 140.939 |
| Participação nos resultados | | 64.757 | 53.557 |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio | 27.a | 1.356.775 | 1.368.821 |
| Passivos de arrendamento | 16.b | 9.669 | 20.668 |
| Obrigações contratuais | 21 | 34.679 | 56.522 |
| Obrigações com acionistas | 27.a | 111.596 | - |
| Outros débitos | 22 | 8.903 | 11.430 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | 2.426.790 | 2.652.337 |
| Empréstimos e financiamentos | 18 | 347.787 | 406.719 |
| Debêntures | 19 | 611.524 | 617.350 |
| Contratos de repasse | 23 | 101.641 | 86.770 |
| Provisão para riscos tributários, civis, ambientais e trabalhistas | 24 | 619.565 | 718.801 |
| Provisão para benefício pós-emprego | 25 | 650.344 | 760.099 |
| Débitos fiscais diferidos | 8.b | 34.356 | 36.361 |
| Parceria Público Privada - RMPA | 17 | 59.255 | 22.423 |
| Passivos de arrendamento | 16.b | 2.318 | 3.814 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 3.947.169 | 3.222.315 |
| Capital social | 26.a | 1.878.540 | 1.878.540 |
| Reservas de capital | 26.b | 17.148 | 17.148 |
| Reservas de lucros | 26.e | 1.793.857 | 1.187.026 |
| Outros resultados abrangentes | 26.c | 257.624 | 139.601 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 26.f | 1.084 | - |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL | | 3.948.253 | 3.222.315 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 8.485.693 | 7.843.061 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

| | 2022 | 2021 |
|--|----------------|----------------|
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 793.819 | 350.469 |
| Outros resultados abrangentes | 118.023 | 195.365 |
| Realização da reserva de reavaliação | (1.504) | (1.781) |
| Ganhos atuariais - Fundação Corsan | 131.349 | 216.644 |
| Contribuição social diferida | (11.822) | (19.498) |
| RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | 911.842 | 545.834 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

| | 2022 | 2021 |
|--|------------------|------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais: | | |
| Lucro antes da contribuição social | 850.827 | 318.248 |
| <i>Ajustes para reconciliação:</i> | | |
| Depreciação e amortização | 193.641 | 196.423 |
| Baixa de imobilizado, intangível e ativos de contratos | 3.842 | 2.080 |
| Provisão para perdas esperadas | 5.933 | 45.978 |
| Provisão para riscos tributários, civis, ambientais e trabalhistas | (229.951) | 55.064 |
| Provisão para benefício pós-emprego | 21.594 | 32.634 |
| Provisão para participação nos resultados | 64.561 | 53.466 |
| Juros e variações monetárias sobre financiamentos | 32.119 | 47.430 |
| Juros e variações monetárias sobre outras dívidas | 74.596 | 64.541 |
| Apropriação de custos na captação de recursos de terceiros | 2.983 | 2.116 |
| Variações monetárias sobre contingências | 160.192 | 206.536 |
| Variação líquida da indenização da imunidade tributária | 13.783 | (20.214) |
| Atualização monetária de precatórios | (44.641) | (15.768) |
| Outros ajustes ao lucro | (844) | (59) |
| Rendimento sobre aplicações financeiras | (87.760) | (25.833) |
| Ajuste a valor presente sobre clientes | (469) | (651) |
| Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros | (40.502) | (39.994) |
| Margem na construção de obras - contratos de concessão | (6.781) | (4.532) |
| Provisão para tributos diferidos (Cofins/Pasep) | (2.005) | (5.001) |
| Lucro líquido ajustado | 1.011.118 | 912.464 |
| <i>Variações nos ativos:</i> | | |
| (Aumento) de contas a receber de clientes | (53.654) | (115.308) |
| Redução (aumento) de estoques | 1.101 | (12.474) |
| (Aumento) de depósitos judiciais | (29.476) | (9.994) |
| Redução de rendimentos do Caixa Único | - | 5.970 |
| (Aumento) de indenização por desapropriação | - | (4.370) |
| Redução (aumento) de precatórios | 38.919 | (102.532) |
| (Aumento) redução de tributos a recuperar | (98.420) | 125.803 |
| (Aumento) de outros créditos | (11.143) | (16.149) |
| <i>Variações nos passivos:</i> | | |
| Aumento de fornecedores | 24.255 | 21.171 |
| Aumento (redução) de impostos e contribuições | 22.005 | (4.337) |
| (Redução) de impostos e contribuições - parcelamento | (16.906) | (16.023) |
| Aumento (redução) de férias e encargos a pagar | 14.041 | (4.171) |
| (Redução) de participação nos resultados | (53.361) | (43.493) |
| Aumento de Parceria Público Privada - RMPA | 36.832 | 22.423 |
| (Redução) aumento de obrigações contratuais | (21.844) | 43.522 |
| Aumento obrigações com acionistas | 97.813 | - |
| (Redução) aumento de outros débitos | (2.527) | 3.574 |
| Caixa proveniente das operações | 951.315 | 806.076 |
| Contribuição social paga | (55.649) | (46.809) |
| Empréstimos, financiamentos e arrendamento - pagamento de juros | (39.018) | (42.003) |
| Caixa líquido das atividades operacionais | 856.648 | 717.264 |
| <i>Fluxo de caixa das atividades de investimento:</i> | | |
| Aplicações financeiras | 79.944 | 48.244 |
| Aquisição de bens do ativo imobilizado | (64.069) | (30.217) |
| Aquisição de ativos de construção | (397.423) | (305.963) |
| Aquisições de ativos intangíveis | (157.236) | (139.675) |
| Caixa líquido das atividades de investimento | (538.784) | (427.611) |
| <i>Fluxo de caixa das atividades de financiamento:</i> | | |
| Empréstimos e financiamentos - captação | 27.991 | 44.728 |
| Empréstimos e financiamentos - pagamento de principal | (115.947) | (116.486) |
| Debêntures - captação | - | 600.000 |
| Debêntures - custo da emissão | - | (21.989) |
| Debêntures - pagamento | (41.158) | (17.355) |
| Contratos de repasse - Governo Estadual/Funasa/ANA | 15.655 | 32.875 |
| Dividendos/juros sobre capital próprio - pagamento | (200.538) | (345.205) |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 1.084 | - |
| Amortização do passivo de arrendamento | (18.806) | (20.509) |
| Caixa líquido das atividades de financiamento | (331.719) | 156.059 |
| Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa | (13.855) | 445.712 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 665.124 | 678.979 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 678.979 | 233.267 |
| Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa | (13.855) | 445.712 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

| | Nota | 2022 | 2021 |
|--|-----------|------------------|------------------|
| RECEITA LÍQUIDA DE VENDA DE BENS E SERVIÇOS | 28 | 3.948.164 | 3.410.664 |
| Custos das vendas, serviços e de construção | 29 | (2.562.314) | (2.273.988) |
| LUCRO BRUTO | | 1.385.850 | 1.136.676 |
| RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS | | (465.644) | (656.160) |
| Despesas comerciais | 29 | (195.244) | (161.673) |
| Despesas administrativas | 29 | (512.721) | (537.104) |
| Outras receitas operacionais | 29 | 268.961 | 67.740 |
| Outras despesas operacionais | 29 | (26.640) | (25.123) |
| LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | 920.206 | 480.516 |
| RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO | 30 | (69.379) | (162.268) |
| Receitas financeiras | | 239.336 | 154.479 |
| Despesas financeiras | | (308.715) | (316.747) |
| LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | 850.827 | 318.248 |
| Contribuição social corrente | 8 | (55.649) | (46.809) |
| Contribuição social diferida | 8 | (1.359) | 79.030 |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | 793.819 | 350.469 |
| LUCRO BÁSICO POR AÇÃO | | | |
| PN | 26.g | 1,31351 | 0,57991 |
| ON | 26.g | 1,19410 | 0,52719 |
| LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO | | | |
| PN | 26.g | 1,31351 | 0,57991 |
| ON | 26.g | 1,19410 | 0,52719 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

| | 2022 | 2021 |
|---|--------------------|--------------------|
| Receitas | 4.543.606 | 3.733.947 |
| Vendas de mercadorias e serviços | 3.911.032 | 3.420.123 |
| Receitas de construção | 404.204 | 310.496 |
| Provisão para perdas esperadas | (5.933) | (45.978) |
| Outras receitas | 234.303 | 49.306 |
| Insumos adquiridos de terceiros | (1.613.739) | (1.372.255) |
| Custos dos serviços | (1.330.080) | (1.151.923) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (306.123) | (215.253) |
| Outros | 22.464 | (5.079) |
| Valor adicionado bruto | 2.929.867 | 2.361.692 |
| Depreciação e amortização | (193.641) | (196.423) |
| Valor adicionado líquido produzido pela entidade | 2.736.226 | 2.165.269 |
| Valor adicionado recebido em transferência | 255.345 | 169.274 |
| Outras receitas financeiras | 239.336 | 154.479 |
| Doações e subvenções | 16.009 | 14.795 |
| Valor adicionado total a distribuir | 2.991.571 | 2.334.543 |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Pessoal e encargos | 1.263.284 | 1.198.047 |
| Remuneração | 904.667 | 856.632 |
| FGTS | 48.460 | 45.111 |
| Benefícios | 205.317 | 194.254 |
| Fundo de previdência | 104.840 | 102.050 |
| Impostos, taxas e contribuições | 605.705 | 458.087 |
| Federal | 583.098 | 437.159 |
| Estadual | 22.344 | 20.854 |
| Municipal | 263 | 74 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 328.763 | 327.940 |
| Despesas financeiras | 308.715 | 316.747 |
| Aluguéis | 20.048 | 11.193 |
| Remuneração de capitais próprios | 793.819 | 350.469 |
| Juros sobre o capital próprio | 188.492 | 83.207 |
| Lucros retidos | 605.327 | 267.262 |
| Total do valor adicionado distribuído | 2.991.571 | 2.334.543 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

| Nota | Reservas de capital | | | Reservas de lucros | | | | | Total patrimônio líquido | Adiantamento para futuro aumento de capital | Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital | |
|--|---------------------|--------------------------|---|--------------------|-------------------------------|-------------------------------|------------------------------|-------------------------------|--------------------------|---|--|-----------------------------|
| | Capital social | Reserva de investimentos | Doações e subvenções para investimentos | Reserva legal | Reserva de incentivos fiscais | Reserva de retenção de lucros | Reserva de lucros a realizar | Outros resultados abrangentes | | | | Lucros/prejuízos acumulados |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 1.682.328 | 9.262 | 7.886 | 227.278 | 2.411 | 1.825.826 | 333.470 | (55.764) | - | 4.032.697 | 10.824 | 4.043.521 |
| Integralização de Capital | 26.a | 196.212 | - | - | - | (185.388) | - | - | - | 10.824 | (10.824) | - |
| Realização de reservas | 26.c | - | - | - | - | - | - | (1.781) | 1.781 | - | - | - |
| Ganhos e perdas atuariais | - | - | - | - | - | - | - | 197.146 | - | 197.146 | - | 197.146 |
| Lucro líquido do período | - | - | - | - | - | - | - | - | 350.469 | 350.469 | - | 350.469 |
| Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária: | | | | | | | | | | | | |
| Juros sobre o capital próprio atribuído ao dividendo | 26.d | - | - | - | - | - | - | - | (83.207) | (83.207) | - | (83.207) |
| Dividendos | 26.d | - | - | - | - | (952.144) | (333.470) | - | - | (1.285.614) | - | (1.285.614) |
| Constituição de reservas | 26.e | - | - | - | 17.523 | 117 | 251.403 | - | (269.043) | - | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 1.878.540 | 9.262 | 7.886 | 244.801 | 2.528 | 939.697 | - | 139.601 | - | 3.222.315 | - | 3.222.315 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 1.878.540 | 9.262 | 7.886 | 244.801 | 2.528 | 939.697 | - | 139.601 | - | 3.222.315 | - | 3.222.31 |

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1) Informações sobre a Companhia

A Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan ("Companhia") é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010 e pela Lei nº 14.833, de 04 de janeiro de 2016. A Companhia passou a operar de forma efetiva a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da Corsan é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura.

O objeto social da Companhia é realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, relativas à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua em 317 Municípios do Rio Grande do Sul com a prestação do serviço de abastecimento de água, sendo 301 contratos de programa vigentes, um anulado judicialmente (Erechim) e 15 contratos de concessão, e, concomitantemente, em 307 Municípios com a prestação do serviço de esgotamento sanitário. A situação atual das 317 concessões em operação pela Companhia segue abaixo:

| Contratos de Concessão/Programa¹ | Quantidade de contratos¹ | Ativo Financeiro + Ativo de Contrato + Intangível¹ | % da Receita Total¹ |
|----------------------------------|--------------------------|--|---------------------|
| Vencidos/anulados | 10 | 72.454 | 1,95% |
| Vencimento entre 2023 e 2033 | 34 | 741.591 | 10,79% |
| Vencimentos após 2033 | 273 | 4.023.127 | 87,26% |
| Total | 317 | 4.837.172 | 100% |

¹ Informação não auditada pelos auditores independentes

Desestatização

Em julho de 2022, o acionista controlador demandou o início da reestruturação do projeto de desestatização, a partir da alienação integral das ações da Companhia de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul. Em novembro de 2022, realizou-se a Audiência Pública e em 20 de dezembro de 2022 ocorreu a sessão de Leilão das ações da Corsan, com a homologação do processo publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 30 de dezembro de 2022. Seguindo os ritos do Leilão, o processo foi analisado e aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), sendo a próxima etapa a assinatura do contrato de compra e venda, prevista para março de 2023.

Novo Marco Legal do Saneamento

Em 15 de julho de 2020, foi sancionada a Lei Federal nº 14.026/2020, que impõe metas de universalização do abastecimento de água potável (99%) e coleta e tratamento de esgoto (90%) até 31 de dezembro de 2033, com a necessidade da devida comprovação da capacidade econômico-financeira para atingimento de tais metas pelos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. O Decreto nº 10.710, de 31 de maio de 2021, regulamentou a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira.

Em março de 2022, quatro agências reguladoras atestaram a capacidade econômico-financeira da Companhia na modalidade presumida (nos termos do Art. 22 do Decreto nº 10.710). Adicionalmente, a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) reconheceu ainda a capacidade econômico-financeira efetiva (nos termos da Seção IV do Decreto nº 10.710).

1.2) Informações por segmento

Os segmentos operacionais são determinados de forma consistente com os relatórios internos do principal gestor das decisões operacionais da Companhia, ou seja, a Diretoria Colegiada, em relação a tomada de decisões estratégicas, alocação de recursos e avaliação do desempenho.

A prestação de serviços da Companhia tem características e natureza semelhantes, bem como a mesma categoria de clientes. A Administração entende, com base na prestação de serviços simultânea de abastecimento de água e tratamento de esgoto, em conjunto com o ambiente regulatório em que está inserida, que atua sob um único segmento de negócios que é a prestação de serviços de saneamento básico.

1.3) Impactos do Coronavírus (COVID-19)

Desde 2020, a Corsan vem acompanhando os impactos no cenário mundial decorrentes da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), adequando seus processos e serviços para melhor atender seu público interno e externo. A Companhia buscou minimizar os riscos sem deixar de atender aos seus usuários, uma vez que o setor de saneamento é um dos serviços essenciais para o combate ao vírus.

Nesse sentido, a Corsan tem mantido as medidas de segurança recomendadas pelas autoridades de saúde e diante das novas variantes, a Administração reforçou as medidas de enfrentamento à Covid, através de comunicados e visitas *in loco*.

No aspecto financeiro, um dos reflexos ocasionados pela pandemia foi o aumento no prazo médio de recebimento das faturas, que fez com que a Companhia adotasse o monitoramento da arrecadação diária e acompanhamento da inadimplência.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração concluiu que os ativos atrelados aos sistemas de abastecimento de água e esgoto da Companhia não sofreram impactos em função da pandemia, não identificando indicativos de risco de *impairment* para os ativos não financeiros. Por fim, a Administração seguirá observando atentamente o desenvolvimento desse assunto, bem como seus eventuais impactos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de cartas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 3.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras pela Diretoria e aprovação pelo Conselho de Administração ocorreram no dia 10 de março de 2023.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui transações em moeda estrangeira, não havendo necessidade de operação de conversão.

2.3) Políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis com base nas normas e pronunciamentos vigentes, a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, estando apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas.

2.3.1) Demonstrações dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

2.3.2) Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas, as quais afetam valores de ativos e passivos que podem apresentar resultados diferentes dos resultados reais. Estas estimativas e premissas são revistas de forma temporária, sendo que os efeitos decorrentes destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas.

As principais estimativas e premissas, relativas a fontes de incerteza na data do balanço, que envolvem risco de causar um ajuste significativo (ou não) no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Receitas a faturar

As receitas ainda não faturadas são estimadas a partir da projeção da receita, à qual aplica-se percentual proporcional aos dias de consumo do faturamento do mês subsequente, mas que devem ser reconhecidos no mês de efetivo consumo, sendo contabilizadas na conta de Receitas a faturar.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Quando necessário, a Administração pode decidir contratar pareceres de especialistas tributários para suportar a tomada de decisão quanto aos valores e momento das tributações de determinadas transações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram considerados os aspectos do ICPC 22/IFRIC 23 e revisados os julgamentos efetuados na apuração da contribuição social e do crédito tributário divulgado na nota 8, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados nessas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes jurídicos.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia efetua o teste de redução ao valor recuperável quando há indicativos de que o valor contábil de um ativo ou da unidade geradora de caixa exceda o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos despesas de venda e o valor em uso. A política da Administração se baseia no valor em uso aplicando o modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa são projetados pelo período médio de vigência dos contratos de programa e não incluem investimentos futuros significativos à base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Benefícios de aposentadoria

Os estudos atuariais realizados para dimensionar as obrigações e custos dos benefícios de aposentadoria e assistência à saúde têm a finalidade de atender às exigências de contabilização de passivos/ativos resultantes dos benefícios oferecidos pelas empresas aos seus empregados, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1)/IAS 19.

Os cálculos atuariais efetuados para dimensionar todas estas obrigações são realizados tendo como base parâmetros técnicos (premissas atuariais, demográficas, econômicas e financeiras) que são reavaliados periodicamente visando atestar sua aderência à massa de participantes do plano.

Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas, sendo que os principais julgamentos e estimativas relacionados estão descritos na nota 24.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano efetuando alterações de acordo com eventos processuais.

4. PRONUNCIAMENTOS IFRS NOVOS OU REVISADOS

A Companhia observou as emissões/alterações das normas IFRS efetivas para o exercício vigente e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

Alteração do CPC 26 (R1)/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante
Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-Circulante.

Divulgação de políticas contábeis
Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis, especificamente quanto à materialidade.

Alteração CPC 23/IAS 8 – Definição de estimativas contábeis: esclarece aspectos sobre a definição de estimativas contábeis e a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e políticas contábeis e correção de erros.

Alteração CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato de Clientes: a alteração prevê a avaliação de promessas de transferência de bens e serviços da entidade para clientes.

Alteração CPC 32/IAS 12 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis.

Alteração do CPC 50/IFRS 17 – Contratos de seguro: a norma fornece um modelo contábil abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras.

As alterações e divulgações de novos pronunciamentos, bem como suas revisões, são efetivas para exercícios iniciando em 01 de janeiro de 2023, para os quais a Companhia não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Política Contábil:

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia.

A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data da contratação.

a) Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--------------------------------|----------------|----------------|
| Depósitos bancários livres | 643.142 | 641.196 |
| Depósitos bancários vinculados | 21.982 | 37.783 |
| Total | 665.124 | 678.979 |

A rubrica depósitos bancários livres apresentada como Caixa e Equivalentes de Caixa inclui o saldo de R\$ 358.343 oriundo da 4ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, operação realizada em junho de 2021. Este recurso está aplicado em fundos de investimento líquidoz imediata e baixo risco.

A conta depósitos bancários vinculados apresenta valores referentes a liberações/desembolsos de recursos de terceiros vinculados aos contratos de financiamento e repasse celebrados junto aos agentes financeiros (Caixa, BNDES, Funasa e Focem) e estão disponíveis para utilização a qualquer momento.

Os referidos recursos são aplicados em contas bancárias de liquidez imediata e exclusivamente dedicadas à operacionalização financeira dos contratos para execução de investimentos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

b) Aplicações financeiras

| Banco | Vencimento | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|-------------------------|------------|---------------|---------------|
| Caixa Econômica Federal | 2034 | 54.874 | 48.570 |
| Banrisul Reserva PPP | 2055 | 7.074 | 5.563 |
| Total | | 61.948 | 54.133 |

As aplicações financeiras referem-se a valores depositados para constituição de garantias contratuais destinadas à execução do plano de investimentos da Companhia, contemplando ações de ampliação/melhorias nos sistemas de abastecimento de água e implantação/ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário.

Na conta de garantia denominada de Banrisul Reserva PPP é mantido o saldo correspondente a 120% da média da contraprestação mensal do trimestre anterior ao pagamento. Durante o mês do pagamento da contraprestação mensal, são feitas as transferências da conta centralizadora em complemento ou redução do saldo quando necessário.

Os recursos estão aplicados em fundos de investimento no Banrisul e Caixa Econômica Federal, nos quais a remuneração é variável, definida por marcação a mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a rentabilidade das aplicações no Banrisul e Caixa Econômica Federal foi de 3,20% (4,48% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política Contábil:

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês.

Ajuste a Valor Presente: os créditos de longo prazo de contas a receber de clientes são ajustados a valor presente utilizando uma taxa de 1% ao mês, que é a taxa de atualização dos créditos vencidos e parcelamentos realizados pela Companhia.

Provisão para perdas esperadas: a provisão para perdas esperadas foi calculada por meio de abordagem simplificada, de acordo com o histórico de perdas na realização de créditos de contas a receber de clientes do serviço de água e esgoto, projetando o cenário futuro. A política de recuperação da Companhia considera que os créditos são recuperáveis durante todo o prazo de prescrição da dívida, que é de dez anos para clientes particulares e cinco anos para clientes públicos, e contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes.

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--------------------------------|----------------|----------------|
| Contas a receber vincendas | | |
| Particular | 261.736 | 227.735 |
| Pública | 10.961 | 8.335 |
| Contas a receber vencidas | | |
| Particular | 335.066 | 311.674 |
| Pública | 7.246 | 33.494 |
| Receitas a faturar | 125.573 | 108.867 |
| Total de contas a receber | 740.582 | 690.105 |
| Ajuste a valor presente | (3.489) | (3.060) |
| Provisão para perdas esperadas | (199.782) | (197.925) |
| | 537.311 | 489.120 |
| Circulante | 531.899 | 484.169 |
| Não circulante | 5.412 | 4.951 |

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Particular | | |
| Pública | | |
| A vencer | 261.736 | 227.735 |
| Créditos vencidos - 01 a 30 dias | 76.981 | 69.122 |
| Créditos vencidos - 31 a 90 dias | 32.458 | 27.983 |
| Créditos vencidos - 91 a 180 dias | 20.708 | 13.542 |
| Créditos vencidos - mais de 181 dias | 204.919 | 201.027 |
| Total | 596.802 | 418.299 |

O saldo de contas públicas corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. A movimentação da provisão para perdas esperadas foi a seguinte:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| Provisão para perdas esperadas | | |
| Saldo no início do exercício | (197.925) | (159.003) |
| Adições | (29.332) | (45.978) |
| Reversões/realização de perda | 27.475 | 7.056 |
| Saldo no final do exercício | (199.782) | (197.925) |

7. ESTOQUES

Política Contábil:

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição e não excede o valor realizável líquido. Os materiais destinados à aplicação em obras são classificados no ativo não circulante como ativos de contrato.

As estimativas de perda de estoque são calculadas com base no histórico de perdas dos últimos cinco anos, projetadas para um cenário futuro, e também com base nos saldos de materiais de baixo giro ou obsoletos (sem utilização em um período de seis anos).

Os saldos de estoque por tipo de material são assim representados:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|----------------|----------------|
| Tubulações de água e esgoto | 89.753 | 79.216 |
| Materiais de tratamento/laboratório | 7.894 | 12.608 |
| Materiais elétrico e mecânico | 6.742 | 7.410 |
| Materiais de segurança e ambiental | 6.906 | 9.719 |
| Equipamentos de informática e telecomunicações | 2.688 | 2.238 |
| Materiais diversos | 9.903 | 9.248 |
| Estimativa de perda | (9.485) | (4.937) |
| Total | 114.401 | 115.502 |

A movimentação da estimativa de perda de estoque foi a seguinte:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| Provisão para perdas de estoque | | |
| Saldo no início do exercício | (4.937) | (1.906) |
| Adições | (4.595) | (3.031) |
| Reversões | 47 | - |
| Saldo no final do exercício | (9.485) | (4.937) |

8. TRIBUTOS

Política Contábil:

Tributos correntes: ativos e passivos tributários correntes do exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor a recuperar ou a pagar para as autoridades fiscais. A alíquota da contribuição social e as regras tributárias utilizadas para apurar o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que têm como base de apuração o lucro real.

Tributos diferidos: de acordo com o CPC 32/IAS 12, vêm sendo registrados os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não seja provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Os itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que os originou no resultado ou diretamente no patrimônio líquido. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos.

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|-----------------|----------------|
| Conciliação alíquota efetiva | | |
| Lucro antes da contribuição social (CSLL) | 850.827 | 318.248 |
| Alíquota vigente | 9% | 9% |
| Expectativa de despesa de CSLL, de acordo com a alíquota vigente | (76.574) | (28.642) |
| Efeito da CSLL sobre as diferenças permanentes: | | |
| Juros sobre capital próprio | 16.964 | 7.489 |
| Outras diferenças permanentes | 2.602 | 53.374 |
| Contribuição social no resultado | (57.008) | 32.221 |
| Corrente | (55.649) | (46.809) |
| Diferido | (1.359) | 79.030 |
| | 6,70% | -10,12% |

Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou o RE nº 1.063.187, decidindo a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre as atualizações à taxa SELIC sobre créditos decorrentes de repetição de indébito tributário. A Companhia reverteu o valor de R\$ 42.470 contabilizado como CSLL diferida sobre a atualização do ganho da imunidade tributária, ocasionando uma alíquota efetiva negativa no período comparativo de 2021.

a) Créditos fiscais diferidos

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|------------------|------------------|
| Contribuição social diferida sobre diferenças temporárias: | | |
| Passivo atuarial | 650.344 | 760.099 |
| Provisões para débitos com exigibilidade suspensa | 3.683 | 21.570 |
| Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 1.052.503 | 1.122.262 |
| Provisões para perda esperada | 121.824 | 90.950 |
| Precatório Prefeitura de Novo Hamburgo | (79.099) | (93.502) |
| Reserva de reavaliação | (59.483) | (58.664) |
| Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão | (185.841) | (200.713) |
| Encargos financeiros capitalizados | (294.033) | (281.033) |
| Atualização monetária precatórios | (567) | (560) |
| Outras provisões e diferenças temporárias | 46.743 | 42.097 |
| Total das diferenças temporárias | 1.256.074 | 1.402.506 |
| Alíquota vigente | 9% | 9% |
| Total da contribuição social diferida líquida | 113.046 | 126.226 |

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Débitos fiscais diferidos

| | 31/12/2022 | | | 31/12/2021 | | |
|--------------------------------------|---------------|--------------|---------------|---------------|--------------|---------------|
| | Cofins | Pasep | Total | Cofins | Pasep | Total |
| Diferimento contabilização imunidade | 19.371 | 3.148 | 22.519 | 19.371 | 3.148 | 22.519 |
| Diferimento receita de precatórios | 5.163 | 974 | 6.137 | 6.357 | 1.334 | 7.691 |
| RTT | 4.683 | 1.017 | 5.700 | 5.054 | 1.097 | 6.151 |
| Valor passivo | 29.217 | 5.139 | 34.356 | 30.782 | 5.579 | 36.361 |

Os débitos fiscais diferidos se referem a diferenças entre créditos de depreciação contábil e fiscal, ao diferimento de tributos incidentes sobre o saldo contabilizado dos precatórios em nome da Companhia e ao diferimento de tributos incidentes sobre o valor em discussão referente ao processo de imunidade tributária.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar

| | Circulante | | Não circulante | |
|---------------------------------|------------------|------------------|----------------|---------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Imposto de renda a recuperar | 1.397.210 | 1.299.397 | 10.523 | 10.321 |
| Contribuição social a recuperar | - | - | 15.498 | 15.093 |
| Total | 1.397.210 | 1.299.397 | 26.021 | 25.414 |

O valor de R\$ 1.397.210 referente à imposto de renda a recuperar, corresponde ao processo em andamento referente à imunidade tributária e será distribuído como dividendo aos acionistas, conforme aprovado pelo Conselho de Administração e ratificado em Assembleia Geral.

O recebimento dos saldos registrados no ativo não circulante tem a seguinte previsão, por ano:

| Ano | Imposto/Contribuição | Valor |
|------|----------------------|---------------|
| 2024 | Contribuição Social | 10.523 |
| 2025 | Contribuição Social | 12.336 |
| 2027 | Contribuição Social | 3.162 |
| | | 26.021 |

Imunidade de tributos federais

Em razão da imunidade tributária, obtida a partir da decisão monocrática que reconheceu a imunidade de impostos federais à Corsan, bem como a restituição dos valores pagos nos exercícios de 1988 a 2018, em 2019 a Companhia deixou de apurar e recolher o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e o Imposto Territorial Rural (ITR). O trânsito em julgado do RE 342314/RS, que julgou definitivamente a questão envolvendo a imunidade tributária, ocorreu em 28 de maio de 2020. A partir do trânsito em julgado do processo e do respectivo ganho da Companhia, a Administração concluiu, em conjunto com seus assessores, que é provável que as autoridades fiscais aceitem o tratamento fiscal deste crédito, pois, apesar da possibilidade de recursos por parte da União, a imunidade já está decretada por tribunal superior. Assim, entendeu-se como adequada, em linha com o preconizado pelo CPC 32 e ICPC 22, a contabilização em seu balanço, possuindo documentação suporte para apuração do valor total desse crédito.

A Corsan apresentou, em janeiro de 2021, petição de implementação da fase de cumprimento de sentença postulando a devolução, através de precatório, da quantia de R\$ 1.408.327. A quantia envolve a repetição dos impostos federais (IRPJ e ITR) entre 1988 e 2018, atualizados até dezembro de 2020. O índice utilizado para todo o período foi a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELCIC), índice aplicado para atualização dos tributos federais.

Seguindo regularmente o trâmite processual, em 05 de abril de 2021, a União apresentou impugnação ao cumprimento de sentença contra a fazenda pública contestando o valor apresentado pela Corsan, reconhecendo como devida a quantia de R\$ 128.587, para a qual foi emitido precatório em 06 de maio de 2021 (atualizado para R\$ 149.264 em 31 de dezembro de 2022).

Tal impugnação foi respondida pela Companhia em 30 de abril de 2021, sustentando a manutenção do valor inicialmente pedido, excluindo R\$ 16.048 relativos aos pagamentos de 1997 e 1998 que já foram devolvidos à Companhia através de processo administrativo.

O processo segue tramitando regularmente, tendo sido negado provimento ao agravo de instrumento interposto pela União junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Esse recurso foi interposto pela União após decisão que rejeitou a impugnação anteriormente apresentada. A União promoveu novo recurso ainda perante o citado tribunal, recurso esse denominado de embargos declaratórios, que em 14 de fevereiro de 2023 tiveram provimento negados pela 2ª turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.397.210, valor este registrado na rubrica de IRPJ e CSLL a recuperar no ativo circulante, em função da destinação mencionada na nota 27.a.

Do valor contabilizado, R\$ 819.859 refere-se ao valor principal de impostos pagos e R\$ 577.351 à atualização monetária do valor principal.

Como impacto da contabilização do ativo, a administração reconheceu o montante a pagar de R\$ 22.519 referente a Pasep e Cofins no passivo não circulante. A Administração da Companhia, suportada por parecer de especialista tributário, entende que a tributação para fins de Pasep, Cofins e CSLL do ganho decorrente do trânsito em julgado desse processo deverá ocorrer sobre o valor referente ao ITR. E sobre o valor da atualização monetária, apenas Pasep e Cofins quando da expedição do respectivo precatório, sendo que os tributos incidentes sobre o precatório já emitido foram recolhidos por meio de depósito judicial.

9. PRECATÓRIOS A RECEBER

Política Contábil:

A Companhia reconhece os valores a receber para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é praticamente certa a entrada de benefícios econômicos, sendo revisadas e ajustadas tempestivamente. Para ativos contingentes, para os quais seja provável a entrada de benefícios econômicos, não há reconhecimento contábil, sendo apenas divulgados em notas explicativas.

Os valores abaixo se referem a ações movidas pela Companhia, para as quais já foram emitidos precatórios, e que resultaram em indenizações conforme a natureza do processo.

| Órgão | Natureza | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|----------------|---------------------------|----------------|----------------|
| Novo Hamburgo | Serviço da dívida | - | 12.494 |
| Novo Hamburgo | Indenização ao patrimônio | 155.256 | 161.465 |
| Novo Hamburgo | Faturas de água | 39.598 | 35.297 |
| São Gabriel | Tributária | 58 | 52 |
| União | Tributária | 149.264 | 129.146 |
| | | 344.176 | 338.454 |
| Circulante | | - | 129.146 |
| Não circulante | | 344.176 | 209.308 |

Novo Hamburgo:

Serviço da dívida: por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.15.0168335-8, restou o Município de Novo Hamburgo condenado a indenizar a Corsan pelo ressarcimento dos financiamentos contraídos para a prestação dos serviços de saneamento que eram executados no Município de Novo Hamburgo. O valor deste precatório já foi integralmente recebido.

Indenização ao patrimônio: a ação judicial nº 001/1.05.0286812-4, discutiu a indenização relativa ao patrimônio que a Corsan detinha no Município de Novo Hamburgo, afetado à prestação do respectivo serviço. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia já recebeu a quantia de R\$ 26.791 referente a este precatório.

Faturas de água: por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.05.0286844-2, restou o Município de Novo Hamburgo condenado a pagar à Corsan faturas de água devidas pelo Município no período de 12/1998 a 12/2016.

O município de Novo Hamburgo está em regime especial de pagamento de precatórios e deverá liquidar estes precatórios até o final de 2029.

União:

O trânsito em julgado do RE 342314/RS, que julgou definitivamente a questão envolvendo a imunidade tributária, ocorreu em 28 de maio de 2020. Em 05 de abril de 2021, a União apresentou impugnação ao cumprimento de sentença contra a fazenda pública contestando o valor apresentado pela Corsan, impugnação essa que, em suma, reconheceu como devida a quantia de R\$ 128.587 (atualizado para R\$ 149.264 em 31 de dezembro de 2022). Em virtude da promulgação da Emenda Constitucional nº 114, não é possível afirmar com certeza a previsão de pagamento destes valores pela União.

Outros precatórios a receber

A Companhia ainda possui outros precatórios a receber, conforme demonstrado abaixo, contudo, em função do grande volume credores aguardando os pagamentos por esses órgãos, estima-se um risco para o recebimento, por esse motivo nenhum ativo foi reconhecido.

| Município | Natureza | Valor |
|-----------------|-----------------------|-------|
| Porto Alegre | Tributária | 3.445 |
| Uruguaiana | Faturas de água | 5.823 |
| Daer | Taxa pelo uso do solo | 1.350 |
| Santa Maria | Faturas de água | 4.249 |
| Uruguaiana | Tributária | 1.296 |
| Sapucaia do Sul | Indenizatória | 887 |
| Gravataí | Indenizatória | 344 |

10. INDENIZAÇÕES POR DESAPROPRIAÇÃO

Referem-se a áreas para construção e/ou ampliação dos sistemas de água e esgoto que foram desapropriadas aguardando documentação de transferência de propriedade para a Corsan. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram imobilizados três itens patrimoniais no valor de R\$ 5.879 (um item patrimonial imobilizado no valor de R\$ 125 em 31 de dezembro de 2021) e desembolsados R\$ 13.317 a título de indenizações (R\$ 4.495 em 31 de dezembro de 2021).

11. OUTROS CRÉDITOS

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---------------|---------------|
| Créditos com prefeituras municipais | 1.930 | 2.175 |
| Antecipação FMGC - Esteio | 11.743 | 11.989 |
| Pagamentos antecipados | 16.945 | 6.641 |
| Adiantamentos a empregados | 3.884 | 4.257 |
| Indenizações judiciais a receber | 1.477 | 1.477 |
| Por serviços ou obras prestados a terceiros | 1.732 | 1.901 |
| Valores a compensar | 209 | 209 |
| Prêmios de seguro | 1.727 | 542 |
| Créditos diversos | 887 | 200 |
| | 40.534 | 29.391 |
| Circulante | 14.002 | 14.035 |
| Não circulante | 26.532 | 15.356 |

Do saldo registrado na rubrica de pagamentos antecipados, R\$ 5.879 refere-se aos custos de captação de empréstimo junto ao IFC, conforme descrito na nota 18. No momento do efetivo recebimento dos recursos, o valor será transferido ao passivo circulante como conta redutora para apropriação mensal ao longo do prazo do contrato.

Também na rubrica de pagamentos antecipados está registrado o valor de R\$ 10.587 referente à antecipação de recursos a Prefeitura Municipal de Rolante para conclusão de obras de esgotamento sanitário do município, conforme previsto no Contrato de Programa. Após a devida aplicação dos recursos, nos moldes previstos no referido contrato, os valores passarão a compor o ativo intangível da Companhia.

O valor de R\$ 11.743 na rubrica de antecipação FMGC – Esteio refere-se à antecipação dos aportes mensais realizados ao Fundo Municipal de Gestão Compartilhada do município, conforme cláusula do Termo Aditivo ao Contrato de Programa assinado em novembro de 2021. Esses aportes mensais são realizados para alguns municípios e são destinados à realização de investimentos voltados ao meio ambiente e saneamento.

12. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

Política Contábil:

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes créditos a receber são classificados no ativo não circulante, tendo como base a data de encerramento das concessões.

Ajuste a Valor Presente: estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia (WACC).

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 675.923 a receber do poder concedente, referente ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$ 638.843 em 31 de dezembro de 2021). Este valor foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| Ativos financeiros | 1.533.412 | 1.385.460 |
| (-) Ajuste a valor presente | (857.489) | (746.617) |
| Total | 675.923 | 638.843 |

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|-------------------|-------------------|
| Movimentação do ativo financeiro | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Saldo no início do exercício | 638.843 | 588.827 |
| Constituição/realização de AVP | 40.502 | 39.994 |
| Adições | 4.282 | 5.838 |
| Baixas | (134) | (4) |
| Transferências líquidas | (7.570) | 4.188 |
| Saldo no final do exercício | 675.923 | 638.843 |

Transferência de bens e serviços da Corsan para o poder concedente

Atualmente a Companhia está pleiteando judicialmente indenizações pelos investimentos realizados nos municípios de Uruguaiana, São Gabriel e Teutônia, com os quais os contratos foram encerrados:

a) Uruguaiana: No ano de 2014 foi ajuizada ação de indenização estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2022 e 2021 totaliza R\$ 32.190.

b) São Gabriel: Após retomada, pelo Município de São Gabriel, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2022 e 2021 totaliza R\$ 3.808.

c) Teutônia: Após retomada, pelo Município de Teutônia, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2022 e 2021 totaliza R\$ 292.

Os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 referem-se aos ativos construídos nos municípios, mensurados pelo seu custo, durante o período da prestação de serviços. O valor da indenização desses bens será baseado em laudo de especialista e reconhecido a partir do trânsito em julgado.

13. ATIVOS DE CONTRATOS

Política Contábil:

Conforme determinado pelo CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01(R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão.

São reconhecidos os custos incorridos com materiais, mão-de-obra direta e indireta e outros gastos que a empresa efetuar na construção e instalação, até o momento em que os bens entram em operação. Após a conclusão, os bens são transferidos para o ativo intangível, quando amortizáveis dentro de um contrato de programa; e para o ativo financeiro, para seus valores subsequentes.

Os gastos indiretos reconhecidos, são apropriados aos custos capitalizáveis indiretos e rateados de acordo com as entradas mensais atribuídas aos serviços técnicos operacionais ligados aos projetos e obras.

Capitalização de Juros e Encargos Financeiros: compreendem juros e outros custos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo. Conforme o ICPC 01(R1)/IFRIC 12, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos relacionados aos contratos de programa de serviços públicos. Após a finalização da obra os valores são registrados no resultado do período em que ocorrerem.

| Custo | Obras em andamento | Estoques para obras | Total dos ativos de contratos |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|-------------------------------|
| Saldos em 31/12/2021 | 1.437.389 | 25.749 | 1.463.138 |
| Adições | 444.800 | 17.163 | 461.963 |
| Baixas e perdas | (1.641) | (183) | (1.824) |
| Transferências | (269.470) | (1.568) | (271.038) |
| Saldos em 31/12/2022 | 1.611.078 | 41.161 | 1.652.239 |

| Custo | Obras em andamento | Estoques para obras | Total dos ativos de contratos |
|-----------------------------|--------------------|---------------------|-------------------------------|
| Saldos em 31/12/2020 | 1.144.938 | 29.222 | 1.174.160 |
| Adições | 346.209 | 21.326 | 367.535 |
| Baixas e perdas | (1.062) | (565) | (1.627) |
| Transferências | (52.696) | (24.234) | (76.930) |
| Saldos em 31/12/2021 | 1.437.389 | 25.749 | 1.463.138 |

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as adições compreendem R\$ 206.374 (R\$ 115.805 em 31 de dezembro de 2021) para sistemas de água e R\$ 238.426 (R\$ 230.404 em 31 de dezembro de 2021) para sistemas de esgoto, dos quais R\$ 25.510 (R\$ 23.517 em 31 de dezembro de 2021) foram realizados pela empresa parceira (PPP).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, 1299 obras foram concluídas, sendo transferidas para Ativo Intangível e Ativo Financeiro. As principais obras imobilizadas no exercício correspondem a ampliações de sistemas de esgotamento sanitário, redes coletoras e ramais prediais de água adução e linhas de transmissão em Estação de tratamento de água nos municípios de Eldorado do Sul, Erechim, Esteio, Gravataí, Santa Cruz do Sul.

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 17.141 (R\$ 14.465 em 31 de dezembro de 2021).

14. IMOBILIZADO

Política Contábil:

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados à atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou de construção.

Quando uma manutenção relevante for feita e gerar expectativa de benefício futuro, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

| | Vida útil do imobilizado |
|---------------------------|--------------------------|
| Edifícios | 30 a 50 anos |
| Máquinas | 10 a 20 anos |
| Veículos | 5 a 12 anos |
| Demais bens móveis | 5 a 12 anos |
| Sistema de esgoto próprio | 50 anos |

Um ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Sob a rubrica "sistemas de esgotos", são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como, por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Movimentação dos ativos imobilizados:

| | Sistemas de esgoto | Bens de uso geral | Obras em andamento | Total do imobilizado |
|-----------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|----------------------|
| Saldos em 31/12/2021 | 2.313 | 126.965 | 3.679 | 132.957 |
| Adições | 367 | 62.044 | 1.658 | 64.069 |
| Baixas | - | (311) | - | (311) |
| Depreciações | (221) | (21.075) | - | (21.296) |
| Transferências | 3.050 | (9.838) | (2.530) | (9.318) |
| Saldos em 31/12/2022 | 5.509 | 157.785 | 2.807 | 166.101 |

| | Sistemas de esgoto | Bens de uso geral | Obras em andamento | Total do imobilizado |
|-----------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|----------------------|
| Saldos em 31/12/2020 | 2.551 | 119.500 | 2.673 | 124.724 |
| Adições | - | 28.679 | 1.538 | 30.217 |
| Baixas | - | (206) | (34) | (240) |
| Depreciações | (238) | (20.520) | - | (20.758) |
| Transferências | - | (488) | (498) | (986) |
| Saldos em 31/12/2021 | 2.313 | 126.965 | 3.679 | 132.957 |

Sob a rubrica "bens de uso geral", são registrados terrenos, imóveis, veículos, máquinas e outros bens móveis (incluem móveis de escritório, equipamentos de informática, eletrodomésticos, equipamentos de oficina, de laboratório, equipamentos em geral) utilizados pela Companhia em processos indiretos necessários para o funcionamento e consecução das atividades relacionadas à concessão pública.

| | Imóveis e Terrenos | Máquinas | Veículos | Demais bens móveis | Total de bens de uso geral |
|--------------------------------------|--------------------|--------------|--------------|--------------------|----------------------------|
| Saldo contábil | 147.874 | 9.625 | 28.058 | 314.133 | 499.690 |
| (-) Depreciação acumulada | (119.085) | (7.762) | (21.625) | (193.433) | (341.905) |
| Saldos líquidos em 31/12/2022 | 28.789 | 1.863 | 6.433 | 120.700 | 157.785 |

A depreciação do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$ 13.312 (R\$ 12.255 em 31 de dezembro de 2021), R\$ 313 (R\$ 945 em 31 de dezembro de 2021) como despesa comercial e R\$ 7.671 (R\$ 7.558 em 31 de dezembro de 2021) como des

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em virtude da interdependência dos sistemas e da metodologia de subsídio cruzado, aplicável às localidades e à prestação de serviços de saneamento básico, e que faz com que a tomada de decisões na Companhia seja centralizada e baseada nas informações consolidadas da Corsan, a Administração entende possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Movimentação dos ativos intangíveis:

| | Sistemas de abastecimento de água | Sistemas de esgoto | Bens de uso geral | Direitos de uso | Total do intangível |
|-----------------------------|-----------------------------------|--------------------|-------------------|-----------------|---------------------|
| Saldos em 31/12/2021 | 1.015.572 | 1.140.365 | 201.079 | 22.811 | 2.379.827 |
| Adições | 50.290 | 3.815 | 39.913 | 18.318 | 112.336 |
| Baixas | (952) | (742) | (13) | - | (1.707) |
| Amortizações | (84.600) | (48.940) | (19.374) | (319) | (153.233) |
| Transferências | 168.386 | 99.167 | 19.731 | 1.334 | 288.618 |
| Saldos em 31/12/2022 | 1.148.696 | 1.193.665 | 241.336 | 42.144 | 2.625.841 |

| | Sistemas de abastecimento de água | Sistemas de esgoto | Bens de uso geral | Direitos de uso | Total do intangível |
|-----------------------------|-----------------------------------|--------------------|-------------------|-----------------|---------------------|
| Saldos em 31/12/2020 | 1.031.010 | 1.153.752 | 185.838 | 13.919 | 2.384.519 |
| Adições | 25.875 | 7.825 | 27.195 | 8.335 | 69.230 |
| Baixas | (149) | - | (64) | - | (213) |
| Amortizações | (84.096) | (55.531) | (15.451) | - | (155.078) |
| Transferências | 42.932 | 34.319 | 4.118 | - | 81.369 |
| Saldos em 31/12/2021 | 1.015.572 | 1.140.365 | 201.636 | 22.254 | 2.379.827 |

A amortização do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$ 153.233 (R\$ 155.078 em 31 de dezembro de 2021).

Sob a rubrica "bens de uso geral", são registrados imóveis e equipamentos necessários à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos têm vida útil específica.

Na data do balanço, não foram identificados fatores internos ou externos que indicassem a necessidade de realização do teste de recuperabilidade, nem reconhecimento de estimativa de perda do valor recuperável de ativos.

16. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Política Contábil:

A Companhia analisa os contratos de arrendamentos vigentes. Esta análise identificou impactos principalmente relacionados às operações de arrendamento de veículos e imóveis locados de terceiros. A mensuração dos ativos de direito de uso é igual ao valor do passivo de arrendamento no momento do reconhecimento, sendo realizada conforme os prazos dos contratos.

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento prevista no CPC 06 (R2)/IFRS16, especificamente a seus arrendamentos com prazo igual ou inferior a 12 meses e arrendamentos de ativos de baixo valor. Foram desconsideradas também as locações de áreas de poços perfurados e mantidos pela empresa, bem como áreas de acesso a recursos naturais, utilizadas para a captação de água bruta. Para estes, as despesas são contabilizadas em base linear ao longo do período de arrendamento.

A Companhia não tem pagamentos de aluguel variável nos seus contratos de arrendamento, também não tem operação de venda nem transações de leaseback de ativos.

Ajuste a Valor Presente: os passivos de arrendamento foram mensurados a valor presente dos pagamentos remanescentes. Para estes contratos, foi aplicada taxa fixa CDI, praticada na data de seu reconhecimento, cotados de acordo com o prazo final de seus vencimentos, taxa essa observada para os contratos futuros negociados em bolsa.

a) Ativos de direito de uso

| | Imóveis | Veículos | Total |
|-----------------------------|--------------|--------------|---------------|
| Saldos em 31/12/2021 | 7.469 | 16.859 | 24.328 |
| Novos contratos | 3.711 | 17.260 | 20.971 |
| (-) Baixas | (216) | (14.439) | (14.655) |
| (-) Depreciação acumulada | (4.492) | (14.620) | (19.112) |
| Saldos em 31/12/2022 | 6.472 | 5.060 | 11.532 |

| | Imóveis | Veículos | Equipamentos de informática | Total |
|-----------------------------|--------------|---------------|-----------------------------|---------------|
| Saldos em 31/12/2020 | 6.057 | 33.047 | 4.677 | 43.781 |
| Ajuste de remensuração | 439 | 16 | - | 455 |
| Novos contratos | 4.619 | - | - | 4.619 |
| (-) Exclusões | (275) | - | (3.665) | (3.940) |
| (-) Depreciação acumulada | (3.371) | (16.204) | (1.012) | (20.587) |
| Saldos em 31/12/2021 | 7.469 | 16.859 | - | 24.328 |

b) Passivos de arrendamento

| Passivo | Imóveis | Veículos | Total |
|-----------------------------|--------------|--------------|---------------|
| Saldos em 31/12/2021 | 7.623 | 16.859 | 24.482 |
| Novos contratos | 3.711 | 17.260 | 20.971 |
| (-) Baixas | (221) | (14.439) | (14.660) |
| (-) Pagamentos | (4.951) | (15.570) | (20.521) |
| Realização do AVP | 532 | 1.183 | 1.715 |
| Saldos em 31/12/2022 | 6.694 | 5.293 | 11.987 |
| Circulante | | | 9.669 |
| Não circulante | | | 2.318 |

| | Imóveis | Veículos | Equipamentos de informática | Total |
|-----------------------------|--------------|---------------|-----------------------------|---------------|
| Saldos em 31/12/2020 | 6.133 | 33.049 | 4.676 | 43.858 |
| Ajuste de remensuração | 439 | 15 | - | 454 |
| Novos contratos | 4.619 | - | - | 4.619 |
| (-) Baixas | (275) | - | (3.665) | (3.940) |
| (-) Pagamentos | (3.606) | (16.240) | (1.052) | (20.898) |
| Realização do AVP | 313 | 35 | 41 | 389 |
| Saldos em 31/12/2021 | 7.623 | 16.859 | - | 24.482 |
| Circulante | | | | 20.668 |
| Não circulante | | | | 3.814 |

c) Cronograma de vencimento dos arrendamentos

| Ano de vencimento | Imóveis | Veículos | Total |
|---|--------------|--------------|---------------|
| 2023 | 4.645 | 5.445 | 10.090 |
| 2024 | 1.572 | - | 1.572 |
| 2025 | 761 | - | 761 |
| 2026 | 249 | - | 249 |
| | 7.227 | 5.445 | 12.672 |
| Juros embutidos | (533) | (152) | (685) |
| Saldo do passivo de arrendamento | 6.694 | 5.293 | 11.987 |

d) Direito potencial de Pasep e Cofins a recuperar

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de Pasep e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos nominais e saldos ajustados a valor presente:

| Fluxo de caixa | Nominal | Ajustado a valor presente |
|---------------------------------|---------|---------------------------|
| Contraprestação do arrendamento | 9.703 | 8.926 |
| Pasep/Cofins (9,25%) | 897 | 826 |

e) Divulgações adicionais requeridas pela CVM

Na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16.

A Administração realiza o acompanhamento e apresentação dos saldos comparativos do passivo de arrendamento considerando os fluxos com expectativas inflacionárias descontados:

| | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
|--------------------------------|---------|---------|-------|-------|
| Passivo de arrendamento | | | | |
| Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16 | 2.424 | 1.018 | 268 | - |
| Fluxo com projeção da inflação | 2.573 | 1.076 | 283 | - |
| Variação | 6,15% | 5,70% | 5,60% | - |
| Direito de Uso | | | | |
| Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16 | 2.251 | 927 | 242 | - |
| Fluxo com projeção da inflação | 2.391 | 984 | 257 | - |
| Variação | 6,22% | 6,15% | 6,20% | - |
| Despesa financeira | | | | |
| Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16 | (527) | (113) | (47) | (12) |
| Fluxo com projeção da inflação | (560) | (120) | (50) | (13) |
| Variação | 6,26% | 6,19% | 6,38% | 8,33% |
| Depreciação | | | | |
| Contábil - CPC 06 (R2)/IFRS 16 | (9.281) | (1.464) | (742) | (257) |
| Fluxo com projeção da inflação | (9.863) | (1.555) | (788) | (273) |
| Variação | 6,27% | 6,22% | 6,20% | 6,23% |

17. PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

Visando acelerar a universalização do serviço de esgotamento sanitário nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, a Corsan assinou contrato para operação e realização de investimentos que serão ressarcidos à empresa parceira ao longo do contrato. Abaixo a movimentação ocorrida no exercício:

| Movimentação | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|---------------|---------------|
| Saldo no início do exercício | 22.423 | - |
| Ressarcimento de obras | 25.049 | 23.517 |
| Troca de hidrômetros | 15.407 | - |
| Pagamentos | (1.152) | - |
| Transferências para passivo circulante (nota 22) | (2.472) | (1.094) |
| Saldo no final do exercício | 59.255 | 22.423 |

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política Contábil:

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado.

Os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos é assim representado:

| Instituição | Indexador | Taxa de juros anual | Taxa de adm/risco | Último vencimento | Circulante | | Não circulante | |
|-----------------------------------|-----------|---------------------|-------------------|-------------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| | | | | | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| BNDDES | TJLP | 2,61% | - | 15/07/29 | 24.149 | 48.026 | 57.031 | 77.485 |
| BNDDES - FINEM | IPCA | 2,78% | 2,03% | 15/08/38 | 13.502 | 12.026 | 88.951 | 96.288 |
| BNDDES - CG | SELIC | 2,50% | - | 15/11/23 | 39.951 | 38.670 | - | 35.676 |
| BNDDES - Avançar Cidades | IPCA | 3,00% | 2,42% | 15/10/38 | 204 | 205 | 2.833 | 3.023 |
| Caixa Econômica Federal | TR | 6,00% | 2,50% | 15/07/38 | 14.955 | 12.929 | 182.712 | 176.204 |
| Prefeitura Municipal de Encantado | TR | 6,00% | 2,70% | 06/05/30 | 98 | 92 | 622 | 691 |
| Prefeitura Municipal de Osório | TR | 6,00% | 2,30% | 04/08/30 | 1.897 | 1.811 | 11.341 | 12.558 |
| Prefeitura Municipal de Sapiranga | TR | 5,00% | 2,70% | 15/09/31 | 537 | 328 | 2.983 | 3.191 |
| Prefeitura Municipal de Torres | TR | 6,00% | 3,00% | 05/04/28 | 352 | 340 | 1.314 | 1.603 |
| Total | | | | | 95.645 | 114.427 | 347.787 | 406.719 |

As taxas de juros, taxas de administração e risco de crédito podem sofrer diferenciação nos contratos de empréstimos e financiamentos, principalmente pelo objeto contratado (realização de obras de água e/ou esgoto, aquisição de equipamentos, entre outros). Na tabela acima, apresentamos as taxas máximas aplicadas.

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

| Ano | Valor |
|--------------|----------------|
| 2024 | 34.376 |
| 2025 | 35.729 |
| 2026 | 37.199 |
| 2027 | 36.203 |
| 2028 | 33.871 |
| Após 2028 | 170.409 |
| Total | 347.787 |

Os detalhes da movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia estão demonstrados a seguir:

| | BNDDES | BNDDES FINEM | BNDDES CG | BNDDES Avançar Cidades | CEF | Prefeituras | Total |
|----------------------------|---------------|----------------|---------------|------------------------|----------------|---------------|----------------|
| Saldo em 31/12/2021 | 125.511 | 108.314 | 74.346 | 3.228 | 189.133 | 20.614 | 521.146 |
| Captação | 3.979 | 5.700 | - | - | 18.260 | 52 | 27.991 |
| Pagamento de principal | (48.902) | (10.643) | (40.939) | (127) | (12.852) | (2.484) | (115.947) |
| Pagamento de juros | (7.987) | (12.039) | (1.467) | (422) | (15.765) | (1.338) | (39.018) |
| Provisão de juros | 8.579 | 11.121 | 8.011 | 358 | 18.891 | 2.300 | 49.260 |
| Saldo em 31/12/2022 | 81.180 | 102.453 | 39.951 | 3.037 | 197.667 | 19.144 | 443.432 |

| | BNDDES | BNDDES FINEM | BNDDES CG | BNDDES Avançar Cidades | CEF | Prefeituras | Total |
|----------------------------|----------------|----------------|---------------|------------------------|----------------|---------------|----------------|
| Saldo em 31/12/2020 | 177.812 | 91.777 | 108.392 | - | 187.154 | 22.342 | 587.477 |
| Captação | 3.041 | 24.768 | - | 3.150 | 13.355 | 414 | 44.728 |
| Pagamento de principal | (55.241) | (8.647) | (37.699) | - | (11.483) | (3.416) | (116.486) |
| Pagamento de juros | (10.062) | (12.925) | (2.268) | - | (15.676) | (1.072) | (42.003) |
| Provisão de juros | 9.961 | 13.341 | 5.921 | 78 | 15.783 | 2.346 | 47.430 |
| Saldo em 31/12/2021 | 125.511 | 108.314 | 74.346 | 3.228 | 189.133 | 20.614 | 521.146 |

Com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDDES, a Corsan firmou sete Contratos de Financiamento objetivando a implantação, ampliação e modernização de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a renovação do parque de hidrômetros, ações de automação e telemetria, em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

A operação de crédito, na modalidade BNDDES – CG, foi destinada ao apoio financeiro para capital de giro.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDDES possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que, se cumpridas, possibilitam à Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos e financiamentos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.

Demais contratos de financiamento celebrados junto à Caixa Econômica Federal, lastreados em recursos do FGTS oriundos do Programa Saneamento para Todos, foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgotamento sanitário e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os contratos com as Prefeituras Municipais de Encantado, Osório, Sapiranga e de Torres foram firmados junto à Caixa Econômica Federal, onde a Companhia figura como Interveniante Anuente – Agente Promotor (responsável pela execução, acompanhamento e fiscalização das ações propostas no financiamento), visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Em 30 de junho de 2021 a Companhia assinou contrato de R\$ 300.000, para financiar investimentos na redução das perdas de água e em melhorias na eficiência energética, junto à *International Finance Corporation* - IFC. O prazo para amortização será de oito anos, com dois anos de carência e pagamentos trimestrais. A taxa de juros é resultante de uma combinação de CDI + 2,58 % (R\$ 123.000) e CDI + 3,33% (R\$ 177.000).

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants e garantias

A Corsan firmou empréstimos e financiamentos com condições contratuais específicas, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (covenants) com base em determinados índices financeiros e com periodicidade de apuração semestral e anual, conforme estabelecido nos respectivos termos.

Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo.

As garantias oferecidas pela Corsan nas referidas operações foram estabelecidas sob a forma de Penhor dos Direitos Emergentes da Concessão e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, operacionalizadas através da constituição de contas bancárias específicas para a manutenção de saldos em aplicação (Conta Reserva) e fluxo de valores (Conta Vinculada), durante a vigência dos contratos.

Em eventual descumprimento dos índices financeiros ou nos níveis de garantia pactuados, além dos limites de aceitação dos credores, poderá ser decretado o vencimento antecipado das dívidas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 todos os covenants vigentes foram atendidos.

19. DEBÊNTURES

Política Contábil:

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado.

Em 19 de março de 2021 a Companhia finalizou a quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirográfaria, em três séries, para distribuição pública com esforços restritos. As debêntures da terceira e quarta séries foram caracterizadas como "Debêntures Verdes" com base em parecer de consultoria especializada, elaborado com base nas diretrizes do *Guideline de Green Bond Principles* (GBP).

A segunda série possui prazo de cinco anos, com primeira amortização iniciando em 15 de fevereiro de 2023. A terceira e quarta séries possuem prazo de sete e dez anos, respectivamente, com as amortizações iniciando em 15 de fevereiro de 2025. As três séries serão amortizadas em pagamentos anuais.

Os saldos dos contratos de debêntures são:

| Indexador | Taxa de juros anual | Circulante | |
|-----------|---------------------|------------|--|
|-----------|---------------------|------------|--|

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

- Não ocorrência da declaração de vencimento antecipado de quaisquer instrumentos de dívida ou financiamentos da Emissora, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 20.000 (ou seu equivalente em outras moedas);

- Não ocorrência de intervenção do poder concedente, desapropriação, confisco, arresto, sequestro/penhora de bens, término, rescisão antecipada, caducidade ou transferência compulsória ou de ato de autoridade competente, dos Contratos de Serviços, ou quaisquer outros eventos que impliquem na suspensão das atividades da Emissora e que correspondam a 15% ou mais do seu faturamento mensal médio dos últimos doze meses, conforme Demonstrações Financeiras mais recentes disponíveis, desde que tal suspensão não seja revertida em um prazo de até trinta dias;

- Não observância dos índices financeiros citados abaixo, no período de seis meses findo em 30 de junho de cada ano, e também nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora em 31 de dezembro de cada ano.

a) Relação entre a Dívida Líquida Financeira + Outras Dívidas e o EBITDA da Emissora deverá ser igual ou inferior a 4,0 (quatro) vezes;
b) Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida deverá ser igual ou superior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos) vezes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 todos os covenants vigentes foram atendidos.

20. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A Companhia possuía, até 31 de dezembro de 2022, parcelamento de impostos e contribuições, o qual foi finalizado com o pagamento da última parcela em dezembro.

Os detalhes da movimentação referente aos parcelamentos de impostos e contribuições dos quais a Companhia é parte estão demonstrados a seguir:

| | Cofins | Pasep | CSLL | IRPJ | Total |
|----------------------------|--------------|--------------|------------|--------------|---------------|
| Saldo em 31/12/2021 | 7.961 | 1.728 | 827 | 5.624 | 16.140 |
| Pagamento | (8.338) | (1.810) | (866) | (5.891) | (16.905) |
| Provisão de juros | 377 | 82 | 39 | 267 | 765 |
| Saldo em 31/12/2022 | - | - | - | - | - |
| | Cofins | Pasep | CSLL | IRPJ | Total |
| Saldo em 31/12/2020 | 15.432 | 3.350 | 1.604 | 10.902 | 31.288 |
| Pagamento | (7.817) | (1.697) | (812) | (5.697) | (16.023) |
| Provisão de juros | 346 | 75 | 35 | 419 | 875 |
| Saldo em 31/12/2021 | 7.961 | 1.728 | 827 | 5.624 | 16.140 |

21. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A composição apresenta os seguintes valores:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--------------|---------------|---------------|
| Alvorada | - | 4.267 |
| Canoas | 34.679 | 41.000 |
| Guaíba | - | 1.030 |
| Ijuí | - | 4.000 |
| Viamão | - | 6.225 |
| Total | 34.679 | 56.522 |

Nos contratos de programa desses municípios há cláusulas específicas definindo que a Companhia realizará aportes extraordinários, os quais têm datas ou condicionantes estabelecidos e parcelas pré-fixadas.

O valor previsto para o município de Canoas foi repactuado no Termo Aditivo ao Contrato de Programa assinado em dezembro de 2021, que ajustou a destinação desse recurso a importantes obras de saneamento básico e preservação do meio ambiente, como o projeto e implantação do Parque Nacional Fazenda Guajuviras, obras em redes de drenagem pluvial e obras na central de triagem de resíduos sólidos do município a serem executadas pela Prefeitura Municipal.

22. OUTROS DÉBITOS

A composição apresenta os seguintes valores:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|--------------|---------------|
| Convênio Sesi | 111 | 60 |
| Depósitos e retenções contratuais | 2.794 | 7.123 |
| Parceria Público Privada - RMPA (nota 17) | 3.566 | 1.094 |
| Outras contas a pagar | 2.432 | 3.153 |
| Total | 8.903 | 11.430 |

23. CONTRATOS DE REPASSE

A composição apresenta os seguintes valores:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|----------------|---------------|
| Orçamento Geral da União - OGU | 97.988 | 82.333 |
| Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID | - | 784 |
| Fundo Convergência Estrutural do Mercosul - Focem | 3.653 | 3.653 |
| Total | 101.641 | 86.770 |

a) Orçamento Geral da União - OGU

A Corsan assinou contratos junto à União para recebimento de recursos a fundo perdido para aplicação em investimentos de água e esgoto. Desde a assinatura dos contratos até 31 de dezembro de 2022, foi liberado um total de R\$ 408.295, referente a 44 contratos junto ao Ministério das Cidades e 12 contratos junto à Fundação Nacional de Saúde – Funasa, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi liberado o valor de R\$ 16.739.

Por força de convênio com o Governo Estadual, a Corsan foi autorizada a proceder aumento de capital, sendo que R\$ 313.313 foram incorporados ao seu Capital Social nos anos de 2011, 2015, 2020 e 2022. Deste valor constam R\$ 4.090 recebidos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para obras de implantação de Sistema de Abastecimento de Água na área Industrial de Guaíba.

O valor de R\$ 97.988 inscrito no passivo não circulante refere-se a obras em andamento ou em fase de conclusão e R\$ 1.084 transferidos para AFAC derivam de contratos de repasse que já tiveram prestações de contas aprovadas.

b) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Foi assinada, em 27 de fevereiro de 2018, a carta-convênio referente à Cooperação Técnica Não-Reembolsável Nº ATN/OC-16407-BR e ATN/OC-16408-BR Apoio à Preparação do "Programa de Ampliação e Melhoria dos Serviços de Água Potável do Estado do Rio Grande do Sul – PROSASUL, cujo objeto é apoiar na preparação de estudos, documentos operacionais e projetos que permitam desenvolver as atividades necessárias para a definição, planejamento e preparação do programa PROSASUL e gerar condições para sua execução eficiente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi realizada prestação de contas e respectiva baixa da obrigação.

c) Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – Focem

Foi assinado, em 06 de novembro de 2013, o Convênio Focem 04/13 – "Saneamento Urbano Integrado Aceguá/Brasil e Aceguá/Uruguai" para a implantação de sistema de esgotamento sanitário no município de Aceguá, com o objetivo de elevar o índice de tratamento de esgoto do município para 100%. Sob responsabilidade da Corsan está a construção de sistema coletor (12km), quatro estações de bombeamento e a estação de tratamento de esgoto, a serem realizados no lado brasileiro da fronteira.

24. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E TRABALHISTAS

Política Contábil:

As provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação, sendo também possível realizar uma estimativa razoável do seu valor. A probabilidade de perda é avaliada a partir das evidências disponíveis, da hierarquia das leis, das jurisprudências disponíveis, das decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como da avaliação dos advogados da Companhia.

As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente levando em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas, líquida dos depósitos judiciais vinculados é composta como segue:

| | 31/12/2022 | | | 31/12/2021 | | |
|--|------------------|--------------------------------|---------------------------------|------------------|--------------------------------|---------------------------------|
| | Provisões | Depósitos judiciais vinculados | Provisões líquidas de depósitos | Provisões | Depósitos judiciais vinculados | Provisões líquidas de depósitos |
| Ações tributárias, cíveis e ambientais | 176.411 | (60.561) | 115.850 | 205.046 | (43.663) | 161.383 |
| Ações trabalhistas | 876.092 | (372.377) | 503.715 | 917.216 | (359.798) | 557.418 |
| Total | 1.052.503 | (432.938) | 619.565 | 1.122.262 | (403.461) | 718.801 |
| Circulante | 275.212 | (275.212) | - | 231.703 | (231.703) | - |
| Não circulante | 777.291 | (157.726) | 619.565 | 890.559 | (171.758) | 718.801 |

Segue a movimentação das provisões e depósitos judiciais vinculados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

| | 31/12/2021 | | 31/12/2022 | |
|--|----------------------|-------------------------------|--------------------|----------------|
| | Provisões adicionais | Juros e atualização monetária | Saques e reversões | 31/12/2022 |
| Ações tributárias, cíveis e ambientais | 205.046 | 23.219 | 23.319 | 176.411 |
| Ações trabalhistas | 917.216 | 120.624 | 136.873 | 876.092 |
| Subtotal | 1.122.262 | 143.843 | 160.192 | 1.052.503 |
| Depósitos judiciais vinculados | (403.461) | (297.747) | - | (432.938) |
| Total | 718.801 | (153.904) | 160.192 | 619.565 |

| | 31/12/2020 | | 31/12/2021 | |
|--|----------------------|-------------------------------|--------------------|----------------|
| | Provisões adicionais | Juros e atualização monetária | Saques e reversões | 31/12/2021 |
| Ações tributárias, cíveis e ambientais | 165.672 | 12.966 | 37.324 | 205.046 |
| Ações trabalhistas | 694.989 | 274.366 | 169.212 | 917.216 |
| Subtotal | 860.661 | 287.332 | 206.536 | 1.122.262 |
| Depósitos judiciais vinculados | (393.467) | (216.174) | - | (403.461) |
| Total | 467.194 | 71.158 | 206.536 | 718.801 |

Provisões

Ações trabalhistas

a) Processo nº 0000972-51.2012.5.04.0021 ajuizado pelo Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado do Rio Grande do Sul – SINTEC. Refere-se a diferenças salariais decorrentes da consideração de diversas parcelas de natureza salarial na base de cálculo do adicional de periculosidade. A implantação em folha de pagamento das parcelas vincendas foi comprovada nos autos e aguarda-se apresentação do cálculo complementar. O processo encontra-se em fase de discussão dos cálculos complementares. Esta provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 13.544 (R\$ 6.186 em 31 de dezembro de 2021).

b) Processo nº 0190300-60.2004.5.04.0221 ajuizado pelo Sindicato. Refere-se ao pagamento de adicional noturno e diferenças de horas extras em razão do cômputo da jornada reduzida, em parcelas vencidas e vincendas, bem como às diferenças salariais decorrentes da concessão de promoções por antiguidade, também em parcelas vencidas e vincendas. O presente processo encontra-se garantido através de apólice de seguro garantia. Após recurso de agravo de petição parcialmente provido, foi apresentado cálculo retificado pelo Perito Judicial. Aguarda julgamento do Agravo de Petição interposto pelo Reclamante, em face do provimento dos Embargos à Execução da Reclamada, quanto ao índice de correção e juros. Esta provisão, após o cálculo retificado totaliza, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 9.039 (R\$ 17.219 em 31 de dezembro de 2021).

c) Outras reclamatórias trabalhistas - Se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 3.641 ações. Em 31 de dezembro de 2022, as provisões referentes a outras reclamatórias trabalhistas totalizam R\$ 853.509 (R\$ 893.811 em 31 de dezembro de 2021).

Ações cíveis, ambientais e tributárias

a) Processo nº 5020917-34.2016.8.21.0001 ajuizado por empresa terceirizada, em 27/05/2016, pretendendo obter indenização por alegado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado para a execução de estação de tratamento de esgoto sanitário e implantação de sistema de esgoto sanitário na região de Estelo e Sapucaia do Sul. Foi proferida sentença de procedência e ambas as partes apelaram. Está aguardando o julgamento da apelação. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 43.461 (R\$ 38.402 em 31 de dezembro de 2021).

b) Processo nº 5000735-27.2016.8.21.0001 ajuizado por empresa terceirizada, em 19/09/2016, pretendendo obter indenização referente ao contrato firmado para ampliação do sistema de esgoto sanitário nas localidades de Estelo e Sapucaia do Sul. A empresa requereu a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A perícia está concluída e foi desfavorável para a Corsan. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 22.672 (R\$ 20.025 em 31 de dezembro de 2021).

c) Processo nº 5000486-76.2016.8.21.0001 ajuizado por empresa terceirizada, em 11/08/2016, pretendendo obter indenização referente ao contrato firmado para a execução de obras da nova estação de tratamento de esgoto de Alvorada. A empresa requereu a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Além disso, afirmou que a Corsan não pagou diversas faturas no prazo pactuado, gerando prejuízos. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 21.926 (R\$ 19.374 em 31 de dezembro de 2021).

d) 5007997-78.2016.4.04.7100 - trata-se de ACP ajuizada pelo Ministério Público Federal em face do Município de Capão da Canoa objetivando a cessação de dano ecológico causado pela insuficiência do sistema de esgotamento sanitário de Capão da Canoa. A Corsan está no polo passivo do processo devido ao contrato de concessão do sistema de água e esgoto firmado com o Município. O processo está em tramitação na justiça federal. Existe hoje tratativas para assinatura de TAC. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2022 e 2021 no montante de R\$ 2.450.

e) Outras reclamatórias - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Em um segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações cíveis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. Ao todo, a Companhia é parte em 349 ações para as quais está provisionado em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 85.902 (R\$ 124.795 em 31 de dezembro de 2021).

Causas Possíveis

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--------------------|----------------|----------------|
| Ações trabalhistas | 345.786 | 295.251 |
| Ações cíveis | 325.925 | 169.579 |
| Ações ambientais | 5.551 | 2.331 |
| Ações tributárias | 5.661 | 6.784 |
| Total | 682.923 | 473.945 |

Ações trabalhistas

a) Processo nº 001/1.16.0145282-0: trata-se de ação de cobrança, ajuizada pela Funcorsan, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento de R\$ 37.867 em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, acrescido de juros e correção monetária até a data do efetivo pagamento, para fins de regularizar o equacionamento do Plano de Benefícios Funcorsan BD001, ocorrido em dezembro de 2008. O processo encontra-se em fase instrutória, de produção de provas, tendo sido impugnado o laudo pericial atuarial por ser inconclusivo.

b) Outras reclamatórias trabalhistas para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$ 307.919 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 257.384 em 31 de dezembro de 2021).

Ações cíveis, ambientais e tributárias

a) Processo nº 5008109-09.2022.8.21.0026. Execução judicial para cobrança de multa decorrente de acordo judicial nos autos da ação cível pública para realização das obras em bacias e sub-bacias relacionadas no município de Santa Cruz do Sul. A ação foi ajuizada em junho de 2022 e, em 31 de dezembro de 2022 possui um valor estimado de R\$ 49.176.

b) Processo nº 5000023-86.2020.8.21.0101: trata-se de Ação Civil Coletiva ajuizada em razão de desabastecimento por longos períodos em Gramado/RS. O pedido é de indenização pelos danos morais coletivos, corrigido monetariamente e acrescido dos juros legais, até o efetivo pagamento e de indenização pelos danos morais individuais sofridos pelos consumidores. O processo encontra-se na fase instrutória. O valor estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 5.960 (R\$ 5.149 em 31 de dezembro de 2021).

c) 5081748-25.2021.4.04.7100 - Trata-se de ACP ajuizada pelo Ministério Público Federal em face do Município de Xangri-lá, Corsan, União e Fepam com objetivo de fazer cessar o dano ambiental decorrente do extravasamento da ETE II em Xangri-lá, solucionar o problema da saturação do SES; buscar a preservação do meio ambiente e saúde da população; recuperar as áreas degradadas; condenar os infratores a repararem os danos patrimoniais e extrapatrimoniais ocorridos ao meio ambiente. Essa ação possui um TAC firmado com medidas para solução dos problemas. Esse TAC vem sendo acompanhado de forma mensal pelo MPF e MPE e internamente pela SUCORP. O processo está tramitando somente em relação a apuração de eventual dano ambiental ocorrido. A provisão está em risco possível e leva em consideração o valor de alçada disposto na inicial. O valor estimado é de R\$ 120 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 101 em 31 de dezembro de 2021).

d) Outras reclamatórias cíveis, ambientais e tributárias para as quais não foram constituídas provisões, no valor de R\$ 270.789, R\$ 5.431 e R\$ 5.661, em 31 de dezembro de 2022, respectivamente (R\$ 164.430, R\$ 2.230 e R\$ 6.784 em 31 de dezembro de 2021).

25. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Política Contábil:

A Companhia é patrocinadora da Fundação Corsan, entidade fechada de previdência complementar, cuja principal finalidade é manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação Corsan é do tipo "benefício definido" e a avaliação é procedida por atuário independente.

De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695, de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33 (R1) e no IAS 19 – Benefício a Empregados.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período até que o direito aos benefícios seja adquirido.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são mantidos pela Fundação Corsan.

A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, uma variação líquida de R\$ 21.594 decorrente da avaliação atuarial do plano de benefício pós-emprego, "IPE SAÚDE" e "PDV". Essa contabilização foi realizada com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia.

| Composição do passivo atuarial | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|----------------|----------------|
| Plano de benefício definido | 440.782 | 527.920 |
| Sistema de assistência a saúde IPE-SAÚDE | 208.273 | 229.042 |
| Incentivo à demissão voluntária | 1.289 | 3.137 |
| Total | 650.344 | 760.099 |

Plano de benefício definido – BD 001

O plano de benefício "BD nº 001" é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela Fundação Corsan, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora Corsan, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre o qual incidirá contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor-base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto Fundação Corsan).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto Fundação Corsan, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

O resultado da avaliação atuarial apurada em 31 de dezembro de 2021, do Plano de Benefícios BD nº 001, demonstrou que o plano apresenta um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 820.143. Em dezembro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a proposta de equacionamento pelo Equilíbrio Técnico Ajustado (ETA), no montante apurado de R\$ 640.593, cuja parcela de responsabilidade da patrocinadora corresponde ao valor de R\$ 318.684. O equacionamento poderá ser pactuado pela Companhia em contrato de confissão de dívida com a Fundação Corsan, com prazo máximo de 263 meses (1,5 vezes a duração do passivo do Plano). O acionista controlador da Companhia manifestou-se favoravelmente à proposta de equacionamento nos referidos termos. Obtendo-se as aprovações junto à Fundação Corsan e à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, o início do equacionamento deverá ocorrer a partir de abril de 2023.

Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços", celebrado entre a patrocinadora Corsan e o Instituto de Previdência do Estado do RS (IPERGS).

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,44% incidente sobre o salário de contribuição dos empregados vinculados à Corsan. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos empregados que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela Fundação Corsan.

Incentivo à demissão voluntária

O prazo para adesões ao Plano de Incentivo à Demissão Voluntária encerrou em 31 de dezembro de 2016, quando 1.590 funcionários aderiram ao plano. O prazo final para desligamentos foi em 30 de setembro de 2019, quando os últimos 71 funcionários foram desligados da Companhia.

A indenização mensal é limitada em 62 meses ou ocorre no momento em que os empregados completam as carências junto da Fundação Corsan, o que ocorrer primeiro. Em 31 de dezembro de 2022, há 9 funcionários recebendo a indenização mensal.

O valor pago a título de indenizações do plano de incentivo a demissão voluntária no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 2.709 (R\$ 7.648 em 31 de dezembro de 2021).

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a despesa com desligamentos pelo PDV foi de R\$ 1.428 (R\$ 7.084 em 31 de dezembro de 2021).

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

| | Plano BD 001 | | Plano IPE-SAÚDE | | PDV | |
|--------------------------------|--------------|------|-----------------|------|------|------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Valor das obrigações atuariais | | | | | | |

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do passivo atuarial

| | Plano BD 001 | | Plano IPE-SAÚDE | | PDV | |
|--|----------------|----------------|-----------------|----------------|--------------|--------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Passivo atuarial líquido no início do ano | 527.920 | 677.425 | 229.042 | 251.875 | 3.137 | 14.810 |
| Despesa reconhecida na demonstração do resultado | 72.325 | 73.749 | 32.609 | 28.724 | 113 | 370 |
| Contribuições do empregador vertidas no ano | (72.442) | (54.443) | (9.584) | (8.683) | (1.427) | (7.084) |
| Outros resultados abrangentes | (87.021) | (168.811) | (43.794) | (42.874) | (534) | (4.959) |
| Passivo atuarial líquido no final do ano | 440.782 | 527.920 | 208.273 | 229.042 | 1.289 | 3.137 |

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

| | Plano BD 001 | | Plano IPE-SAÚDE | | PDV | |
|---|---------------|---------------|-----------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Econômicas e financeiras | | | | | | |
| Taxa real de desconto atuarial | 6,35% | 5,45% | 6,37% | 5,43% | 0,00% | 0,00% |
| Retorno real esperado sobre os ativos | 6,35% | 5,45% | 6,37% | 5,43% | 0,00% | 0,00% |
| Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos | 2,85% | 2,85% | Não aplicável | Não aplicável | 2,85% | 2,85% |
| Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Health Care Cost Trend Rate (HCCTR) | Não aplicável | Não aplicável | 4,10% | 4,10% | Não aplicável | Não aplicável |
| Fator de capacidade sobre os benefícios | 98,00% | 98,00% | Não aplicável | Não aplicável | 98,00% | 98,00% |
| Fator de capacidade sobre os salários | 98,00% | 98,00% | Não aplicável | Não aplicável | 98,00% | 98,00% |
| Inflação esperada | 5,31% | 5,03% | 5,31% | 5,03% | 5,31% | 5,03% |
| Taxa de desconto nominal | 12,00% | 10,75% | 12,02% | 10,73% | 5,31% | 5,03% |
| Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano | 12,00% | 10,75% | 12,02% | 10,73% | 5,31% | 5,03% |
| Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos | 8,31% | 8,02% | Não aplicável | Não aplicável | 8,31% | 8,02% |
| Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento | 5,31% | 5,03% | 9,63% | 9,34% | 5,31% | 5,03% |

| | Plano BD 001 | | Plano IPE-SAÚDE | | PDV | |
|----------------------------|--|----------------------|------------------------------------|----------------------|--|----------------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Demográficas | | | | | | |
| Mortalidade geral | AT-1983 M&F (IAM) | | AT-1983 M&F (IAM) | | AT-1983 M&F (IAM) | |
| Mortalidade de inválidos | MI 2006 (M&F) | | MI 2006 (M&F) | | MI 2006 (M&F) | |
| Entrada em invalidez | ÁLVARO VINDAS IAPB-57 FRACA (A20%) | IAPB-57 FRACA (D10%) | ÁLVARO VINDAS IAPB-57 FRACA (A20%) | IAPB-57 FRACA (D10%) | ÁLVARO VINDAS IAPB-57 FRACA (A20%) | IAPB-57 FRACA (D10%) |
| Taxa anual de rotatividade | Nula | | Nula | | Nula | |
| Composição familiar | Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real | | Família Real | | Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real | |
| Aging Factor | Não aplicável | | Pesquisa Unidas 2018 | | Não aplicável | |

Análise de sensibilidade das premissas significativas

| Premissa | Plano BD 001 | Plano IPE-SAÚDE | PDV |
|-------------------------------------|--------------|-----------------|---------|
| Taxa de desconto | | | |
| Aumento de 1% | (9,06%) | (14,74%) | - |
| Redução de 1% | 10,84% | 19,04% | - |
| Expectativa de vida | | | |
| Aumento de 1 ano | 1,92% | 4,61% | 0,05% |
| Redução de 1 ano | (1,96%) | (4,54%) | (0,04%) |
| Crescimento Real de Salários | | | |
| Aumento de 1% | 1,55% | - | 0,48% |
| Redução de 1% | (1,37%) | - | (0,30%) |
| HCCTR | | | |
| Aumento de 1% | - | 18,73% | - |
| Redução de 1% | - | (14,74%) | - |

Despesa a ser reconhecida na Demonstração do Resultado

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2022, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2023 são explicadas no quadro a seguir:

| | Plano BD 001 | | Plano IPE-SAÚDE | | PDV | |
|--|---------------|---------------|-----------------|---------------|-----------|------------|
| | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 |
| Despesa a reconhecer na Demonstração do Resultado | | | | | | |
| Custo do serviço corrente líquido | 15.465 | 18.742 | 7.038 | 8.668 | - | - |
| Custo de juros sobre as obrigações atuariais | 167.188 | 154.956 | 24.246 | 23.941 | 45 | 112 |
| Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano | (117.881) | (101.373) | - | - | - | - |
| Despesa a ser reconhecida pelo empregador | 64.772 | 72.325 | 31.284 | 32.609 | 45 | 112 |

Retorno dos investimentos

O retorno dos investimentos do plano da Fundação Corsan em 2022 foi de R\$ 199.453 (R\$ 58.862 em 2021).

| Segmento | Alocação dos ativos em 31 de dezembro em % | | Alocação dos ativos em 31 de dezembro em % | | Alocação dos ativos conforme determinação da Resolução nº 4.994/2022 percentagem ou faixa de percentagem |
|----------------------------|--|-------------|--|------|--|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | Limite |
| Renda fixa | 76,31% | 73,01% | | | 100% |
| Renda variável | 7,39% | 9,12% | | | 70% |
| Investimentos no exterior | 1,24% | 1,66% | | | 10% |
| Investimentos estruturados | 10,45% | 10,74% | | | 20% |
| Carteira de imóveis | 3,76% | 4,17% | | | 20% |
| Empréstimos | 0,86% | 1,30% | | | 15% |
| Disponível | 0,01% | - | | | - |
| Fundo Garantidor | 100% | 100% | | | - |

Fundação Corsan

Estrutura jurídica

A Fundação Corsan caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada pela Corsan, constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo primordial a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

Gestão de recursos e investimentos

A Fundação Corsan delega a instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, parte da gestão de seus recursos financeiros, realizando acompanhamento diário destes gestores, e parte é realizada através da gestão própria. A gestão dos fundos de investimentos da Fundação Corsan está estruturada na forma terceirizada e a gestão da carteira própria, dos imóveis e de empréstimos realizada pela própria Fundação.

Política de investimentos

A Fundação Corsan planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 4.994 de 24 de março de 2022, bem como em conformidade com sua política de investimentos - PI.

O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.

Fontes de recursos

A Fundação Corsan obtém recursos decorrentes de:

- contribuição de participantes ativos e assistidos;
- contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Corsan;
- receitas de aplicações do patrimônio.

Custeio administrativo

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

Despesas de administração do plano

Os recursos destinados ao custeio administrativo são estabelecidos anualmente, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram utilizadas como fontes de custeio: a taxa de administração dos empréstimos concedidos aos participantes, taxa de carregamento de 7% (até março de 2022) e 6,86% (de abril a dezembro de 2022) sobre as contribuições vertidas ao Plano de Benefícios, a rentabilidade dos ativos do fundo administrativo, a transferência da taxa administrativa do fluxo de investimento na base percentual de 0,28% (até março de 2022) e de 0,27% (de abril a dezembro de 2022) dos recursos garantidores das reservas técnicas e, quando necessário, reversão do fundo administrativo.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política Contábil:

Dividendos e juros sobre capital próprio: a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido quando aprovado pelo Conselho de Administração. O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado como dividendo e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução do Patrimônio Líquido conforme Deliberação CVM nº 683/12. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Lucro por ação: o cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período de acordo com o CPC 41/IAS 33.

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, consequentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é de R\$ 1.878.540, estando assim representado:

| Acionistas | Ações ordinárias | Ações preferenciais | Total ações | Capital total (%) | Capital votante (%) | Ações preferenciais (%) |
|--|--------------------|---------------------|--------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|
| Estado do Rio Grande do Sul | 317.630.873 | 315.592.505 | 633.223.378 | 99,99999368311 | 99,99999370338 | 99,99999366271 |
| Prefeitura Municipal de Estrela | 5 | 5 | 10 | 0,00000157922 | 0,00000157415 | 0,00000158432 |
| Prefeitura Municipal de Carazinho | 3 | 3 | 6 | 0,00000094753 | 0,00000094449 | 0,00000095059 |
| Prefeitura Municipal de São Marcos | 2 | 2 | 4 | 0,00000063169 | 0,00000062966 | 0,00000063373 |
| Prefeitura Municipal de Muçum | 2 | 2 | 4 | 0,00000063169 | 0,00000062966 | 0,00000063373 |
| Prefeitura Municipal de Rosário do Sul | 2 | 2 | 4 | 0,00000063169 | 0,00000062966 | 0,00000063373 |
| Prefeitura Municipal de Lajeado | 2 | 2 | 4 | 0,00000063169 | 0,00000062966 | 0,00000063373 |
| Prefeitura Municipal de Quaraí | 2 | 2 | 4 | 0,00000063169 | 0,00000062966 | 0,00000063373 |
| Prefeitura Municipal de Cerro Largo | 2 | 2 | 4 | 0,00000063169 | 0,00000062966 | 0,00000063373 |
| Total | 317.630.893 | 315.592.525 | 633.223.418 | 100,000000000 | 100,000000000 | 100,000000000 |

Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros resultados abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida, foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo montante em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 82.429 (R\$ 83.933 em 31 de dezembro de 2021), líquido de efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão, o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionado à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009, e a reserva de reavaliação, transferida para a conta de "outros resultados abrangentes". Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados do exercício totalizou R\$ 1.504, líquido dos efeitos tributários (R\$ 1.781 em 31 de dezembro de 2021).

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui registrado um ganho atuarial de R\$ 175.195, líquido dos seus efeitos tributários (R\$ 55.668 em 31 de dezembro de 2021).

d) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê que, do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei, no mínimo 25% será destinado aos acionistas como dividendo mínimo, respeitada a vantagem atribuída às ações preferenciais.

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|----------------|----------------|
| Lucro líquido do exercício | 793.819 | 350.469 |
| (-) Reserva legal (5%) | (39.691) | (17.523) |
| (-) Reserva de incentivos fiscais | (162) | (117) |
| Base de cálculo para dividendos | 753.966 | 332.828 |
| Juros sobre capital próprio atribuídos aos dividendos | 188.492 | 83.207 |
| Total dos juros e dividendos distribuídos | 188.492 | 83.207 |

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão de todos os demais direitos atribuídos às ações ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia e dividendos, pelo menos 10% superiores aos pagos às ações ordinárias.

Os dividendos calculados por tipo de ação são apresentados a seguir:

| Dividendos / Juros sobre o capital próprio | JSCP atribuídos a dividendos |
|--|------------------------------|
| Ações ordinárias | 90.061 |
| Ações preferenciais | 98.431 |
| Total | 188.492 |

O quadro abaixo demonstra o valor da remuneração dos acionistas por ação:

| Dividendos / Juros sobre o capital próprio | Quantidade | Remuneração total | Remuneração por ação |
|--|--------------------|-------------------|----------------------|
| Ações ordinárias | 317.630.893 | 90.061 | 0,28354 |
| Ações preferenciais | 315.592.525 | 98.431 | 0,31189 |
| Total | 633.223.418 | 188.492 | 0,59543 |

A Companhia efetuou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 188.492 (R\$ 83.207 em 31 de dezembro de 2021), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido, observado o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros. Do valor registrado no exercício de 2022, R\$ 117.331 foram pagos em 26 de dezembro de 2022 na forma de dividendos antecipados, após aprovação pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2022 e deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas realizada em 23 de dezembro de 2022.

Conforme previsto na Lei nº 9.249/95, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração da contribuição social. A contribuição social do exercício foi reduzida em R\$ 16.964 (R\$ 7.489 em 31 de dezembro de 2021) em decorrência da dedução da mesma pelos juros sobre o capital próprio creditado aos acionistas.

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações é constituída à base de 5% do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

Com base no artigo 30 da Lei nº 12.973/14, aditado após a promulgação da Lei Complementar nº 160, os incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal são considerados subvenções para investimentos, não podendo ser distribuídos como lucros ou dividendos aos acionistas. A adoção deste procedimento é fundamento para não tributação da subvenção para investimentos no âmbito da CSLL.

Reserva de retenção de lucros

Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais, dividendos e reserva de lucros a realizar, acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional, de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Com base em convênio firmado com o Governo do Estado, a Companhia, após a finalização das obras e a devida comprovação e aprovação dos gastos, registra os saldos oriundos de repasse do Orçamento Geral da União - OGU como adiantamento para futuro aumento de capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o saldo registrado no Patrimônio Líquido é de R\$ 1.084.

g) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

| Resultado básico e diluído por ação | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|-------------|-------------|
| Numerador | | |
| Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia | | |
| Ações preferenciais | 414.535 | 183.016 |
| Ações ordinárias | 379.284 | 167.453 |
| Denominador | | |
| Média ponderada de número de ações preferenciais | 315.592.525 | 315.592.525 |
| Média ponderada de número de ações ordinárias | 317.630.893 | 317.630.893 |
| Resultado básico e diluído | | |
| Por ação preferencial | 1,31351 | 0,57991 |
| Por ação ordinária | 1,19410 | 0,52719 |

27. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE

Os valores devidos ao IPE referem-se ao contrato de assistência à saúde dos funcionários da Corsan, o valor da despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 51.578 (R\$ 47.634 em 31 de dezembro de 2021). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 6.193 (R\$ 5.522 em 31 de dezembro de 2021).

e) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, formada pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, é estabelecida conforme Decreto 45.273/07 e Resolução 04/09 do Comitê de Governança Corporativa das Empresas Estatais. A Corsan não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--------------------------|--------------|--------------|
| Remuneração e benefícios | 4.079 | 4.976 |
| Encargos sociais | 683 | 679 |
| Total | 4.762 | 5.655 |

28. RECEITA LÍQUIDA

Política Contábil:

Prestação de serviços: a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas ainda não faturadas são calculadas com base na receita projetada, à qual aplica-se o percentual correspondente aos dias de consumo que irão compor o faturamento do mês seguinte, mas que, em obediência ao princípio da competência, são reconhecidos no mês em que houve o efetivo consumo e são contabilizadas na conta de Receitas a Faturar. Esta contabilização é efetuada de forma segregada entre serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Contratos de construção: a receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 48/IFRS 15 – Receita de Contrato com o Cliente, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas ou estimadas (1,71% em 31 de dezembro de 2022 e 1,48% em 31 de dezembro de 2021).

A Corsan opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|-----------------------------------|------------------|------------------|
| Serviços de abastecimento de água | 3.740.671 | 3.281.127 |
| Serviços de esgoto | 316.162 | 260.826 |
| Receitas de construção | 404.204 | 310.496 |
| Deduções de receitas de serviços | (512.873) | (441.785) |
| | 3.948.164 | 3.410.664 |

Em 31 de dezembro de 2022, o valor referente aos descontos incondicionais foi contabilizado na rubrica de deduções de receitas de serviços e corresponde a R\$ 145.801, sendo R\$ 84.205 a título de subsídio da tarifa social (R\$ 121.830 em 31 de dezembro de 2021, sendo R\$ 72.558 referente à tarifa social).

29. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

Conforme requerido pelo CPC 26 (R1)/IAS 1, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

| Custos e despesas por natureza | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|------------------|------------------|
| Pessoal | 1.402.157 | 1.227.803 |
| Materiais de tratamento | 122.553 | 77.879 |
| Outros materiais | 65.643 | 56.562 |
| Energia elétrica | 313.241 | 340.570 |
| Serviços de terceiros | 590.479 | 440.708 |
| Gerais | 161.862 | 153.602 |
| Depreciações e amortizações | 193.641 | 196.423 |
| Provisões | 23.280 | 173.255 |
| Custos de construção | 397.423 | 305.963 |
| Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas | (242.321) | (42.617) |
| | 3.027.958 | 2.930.148 |

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|------------------|------------------|
| Classificados como: | | |
| Custos dos serviços | 2.562.314 | 2.273.988 |
| Despesas comerciais | 195.244 | 161.673 |
| Despesas administrativas | 512.721 | 537.104 |
| Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas | (242.321) | (42.617) |
| | 3.027.958 | 2.930.148 |

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|-----------------|-----------------|
| Outras receitas operacionais | 268.961 | 67.740 |
| Doações e subvenções | 16.009 | 14.796 |
| Reversão de provisão para perdas esperadas | 13.170 | - |
| Varição da indenização da imunidade tributária | - | 8.945 |
| Reversão de provisões para causas judiciais | 229.951 | 40.208 |
| Outras receitas operacionais | 9.831 | 3.791 |
| Outras despesas operacionais | (26.640) | (25.123) |
| Taxa de regulação órgãos fiscalizadores | (21.098) | (19.167) |
| Baixa de ativos | (5.480) | (3.638) |
| Tributos e taxas | (62) | (2.318) |
| Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas | 242.321 | 42.617 |

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Política Contábil:

Receita financeira: a receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|------------------|------------------|
| Receitas financeiras | 239.336 | 154.479 |
| Rendimentos de aplicação financeira | 87.760 | 25.833 |
| Juros ativos | 42.032 | 38.446 |
| Variações monetárias ativas | 21.992 | 4.552 |
| Receitas financeiras pela realização de AVP | 40.502 | 39.994 |
| Atualização de precatórios | 44.641 | 15.768 |
| Atualização indenização imunidade tributária | - | 26.472 |
| Outras receitas financeiras | 2.409 | 3.414 |
| Despesas financeiras | (308.715) | (316.747) |
| Juros e taxas sobre financiamentos | (32.119) | (32.965) |
| Juros e taxas sobre outras obrigações | (97.562) | (66.946) |
| Variações monetárias passivas | (160.192) | (206.536) |
| Despesas financeiras pela realização de AVP | (1.715) | (389) |
| Varição da indenização da imunidade tributária | (12.383) | (8.169) |
| Outras despesas financeiras | (4.744) | (1.742) |
| Resultado financeiro líquido | (69.379) | (162.268) |

31. SEGUROS

A Corsan vem adotando soluções para transferência de seus riscos, avaliando as alternativas no mercado de seguros em conexão com suas atividades, a partir de parâmetros estabelecidos pela Administração.

A Companhia possui contrato para cobertura securitária na modalidade de Responsabilidade Civil para Conselheiros e Administradores (D&O – Directors and Officers), com limite máximo de garantia de R\$ 45 milhões.

A Corsan também dispõe de contratação vigente com Seguradora objetivando a cobertura e emissão de apólices de seguro garantia com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituídos os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. A contratação contempla, também, cobertura para demais modalidades de garantias como licitações, contratos, comercialização de energia, entre outras. O contrato estabelece limites de garantia de R\$ 400 milhões para o Setor Público (ramo 0775) e R\$ 100 milhões para o Setor Privado (ramo 0776).

Adicionalmente, a Companhia contratou a cobertura securitária na modalidade Riscos Nomeados dos principais ativos situados em diversas localidades do Estado do Rio Grande do Sul, além de seguro na modalidade Transporte Nacional.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Política Contábil:

Ativos Financeiros: a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, dependerá da opção irrevogável no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Passivos Financeiros: os passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado utilizando o método da taxa de juros efetiva. As despesas de juros, ganhos e perdas são reconhecidas no resultado. As obrigações correspondentes são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo. Os títulos emitidos pela Companhia não são conversíveis em ações.

Reconhecimento e desreconhecimento: os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração: no reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas.

Impairment: a Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, se aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48/IFRS 9 e reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade.

As avaliações de seus instrumentos financeiros bem como gerenciamento de riscos estão relacionadas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

| Descrição | Nota | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|------|------------------|------------------|
| Ativos | | | |
| <i>Valor justo por meio do resultado</i> | | | |
| Aplicações financeiras | 5 b | 61.948 | 54.133 |
| Custo amortizado | | | |
| Caixa e equivalentes | 5 a | 665.124 | 678.979 |
| Contas a receber de clientes | 6 | 537.311 | 489.120 |
| Ativos financeiros | 12 | 675.923 | 638.843 |
| Tributos a recuperar | 8 c | 26.021 | 25.414 |
| Precatórios | 9 | 344.176 | 338.454 |
| Total | | 2.310.503 | 2.224.943 |

| Descrição | Nota | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---------------------------------|------|------------------|------------------|
| Passivos | | | |
| <i>Custo amortizado</i> | | | |
| Fornecedores | | 164.414 | 140.159 |
| Empréstimos e financiamentos | 18 | 443.432 | 521.146 |
| Debêntures | 19 | 666.904 | 631.249 |
| Passivos de arrendamento | 16 b | 11.987 | 24.482 |
| Obrigações contratuais | 21 | 34.679 | 56.522 |
| Contratos de repasse | 23 | 101.641 | 86.770 |
| Parceria Público Privada - RMPA | 17 | 61.687 | 39.514 |
| Total | | 1.484.744 | 1.499.842 |

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaps com opção de arrendamento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independentemente da forma como sejam contratados.

c) Gerenciamento de riscos

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base no sistema de controles internos, a qual estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

i) Risco de crédito:

O risco de crédito ao qual a Companhia está potencialmente sujeita se refere ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. A exposição máxima em 31 de dezembro de 2022 corresponde aos saldos contábeis demonstrados nas notas 5.a, 5.b e 6.

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito destes ativos financeiros é considerado baixo em virtude de a Companhia manter os valores em aplicações de liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor, e fundos de investimento, respectivamente, caracterizados como conservadores.

Contas a receber

A exposição relacionada aos clientes é considerada de baixo risco em virtude da base pulverizada que contempla boa parte do Estado, onde a Companhia presta serviços de saneamento básico. A política de recuperação prevê que os créditos são recuperáveis durante todo o prazo de prescrição da dívida (dez anos para clientes particulares e cinco anos para clientes públicos) e contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes entre 45 e 55 dias de atraso.

O nível de perdas na realização de créditos é considerado normal para o setor e está adequadamente coberto pela provisão. A política de reconhecimento das perdas de crédito esperada e a movimentação da provisão estão descritas na nota 6.

ii) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Como formas de controle para este risco, podemos citar: ajuste da estrutura tarifária aos serviços prestados; implementação do gerenciamento matricial de despesas – GMD; melhoria da gestão do passivo trabalhista em execuções judiciais; combate às fraudes e ligações clandestinas; implantação do sistema de gestão estratégica de custos - Sisgec, dentre outras.

A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

| | Projeção incluindo juros futuros | | | |
|------------------------------|----------------------------------|----------------|------------------|------------------|
| | Até 1 ano | De 1 a 3 anos | Mais de 3 anos | Total |
| Empréstimos e financiamentos | 132.366 | 189.471 | 424.790 | 746.627 |
| Debêntures | 73.260 | 262.218 | 576.056 | 911.534 |
| Fornecedores | 164.414 | - | - | 164.414 |
| Passivo de arrendamento | 11.662 | 1.010 | - | 12.672 |
| | 381.702 | 452.699 | 1.000.846 | 1.835.247 |

iii) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2022 não há ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos e financiamentos que a Companhia possui exposição na data-base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos.

Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2023 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais operações. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos e financiamentos.

A manutenção da análise de sensibilidade com a utilização dos parâmetros de variação para cenários de 25% e 50% mostram-se adequados, a partir de referências em benchmarkings do setor, bem como publicações de expectativas de mercado do BACEN.

| | Risco | 2023 | Impactos no resultado | | | | |
|---------------|-------|--------------------|-----------------------|-----------------|------------------|-----------------|------------------|
| | | | Queda 25% | Queda 50% | Cenário provável | Aumento 25% | Aumento 50% |
| Financiamento | TR | (216.811) | (2.651) | (1.767) | (3.534) | (4.418) | (5.301) |
| Financiamento | TJLP | (81.180) | (4.487) | (2.991) | (5.983) | (7.479) | (8.974) |
| Financiamento | IPCA | (105.490) | (4.581) | (3.054) | (6.108) | (7.635) | (9.162) |
| Empréstimo | SELIC | (39.951) | (4.120) | (2.747) | (5.493) | (6.867) | (8.240) |
| Debêntures | CDI | (155.169) | (15.885) | (10.590) | (21.181) | (26.476) | (31.771) |
| Debêntures | IPCA | (511.735) | (22.222) | (14.815) | (29.629) | (37.037) | (44.444) |
| | | (1.110.336) | (53.946) | (35.964) | (71.928) | (89.912) | (107.892) |
| Indexador | TR | | 1,22 | 0,82 | 1,63 | 2,04 | 2,45 |
| | TJLP | | 5,53 | 3,69 | 7,37 | 9,21 | 11,06 |
| | IPCA | | 4,34 | 2,90 | 5,79 | 7,24 | 8,69 |
| | SELIC | | 10,31 | 6,88 | 13,75 | 17,19 | 20,63 |
| | CDI | | 10,24 | 6,83 | 13,65 | 17,06 | 20,48 |

Fontes: TR - Portal Brasil / TJLP - BNDES / IPCA - Relatório Focus / SELIC - BACEN / CDI - B3

d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos nos contratos de financiamentos e debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado a seguir:

| | Nota | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|------|------------|------------|
| Empréstimos e financiamentos | 18 | 443.432 | 521.146 |
| Debêntures | 19 | 666.904 | 631.249 |
| Fornecedores | | 164.414 | 140.159 |
| Parcelamento de impostos e contribuições | 20 | - | 16.140 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | 5 a | (665.124) | (678.979) |
| (-) Aplicações financeiras | 5 b | (61.948) | (54.133) |
| Dívida líquida | | 547.678 | 575.582 |
| Patrimônio e adiantamentos | | 3.948.253 | 3.222.315 |
| Capital | | | |

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diretoria
ROBERTO CORREA BARBUTI
Diretor-Presidente

ANDRÉ GUTTERRES BORGES
Diretor de Expansão

MILTON INÁCIO CORDEIRO
Diretor de Operações

DOUGLAS RONAN CASAGRANDE DA SILVA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

JEAN CARLO FLORES BORDIN
Diretor Comercial, de Inovação e Relacionamento

LILIANI ADAMI CAFRUNI
Diretora de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Conselho de Administração
MARIO ENGLER PINTO JUNIOR
Presidente

GIOVANNI FIORESE
Conselheiro

GUILHERME DE SOUZA FALLAVENA
Conselheiro

HENRIQUE ZANDONÁ
Conselheiro

JULIANO HEINEN
Conselheiro

ROBERTO CORREA BARBUTI
Conselheiro

SAMANTA POPOW TAKIMI
Conselheira

Conselho Fiscal
ALSONES BALESTRIN
Conselheiro

MARIA BETÂNIA BRAUN
Conselheira

PAULO ROBERTO DIAS PEREIRA
Conselheiro

Contadora
GRAZIELA BOHN FLORES
CRC/RS nº 070280/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA?

Reconhecimento de receita não faturada (Notas 3 e 28)

O reconhecimento da receita inclui uma estimativa referente aos serviços prestados, com base na média de volume consumido, mas ainda não faturados aos consumidores, calculada a partir da última data de leitura de consumo até o final de cada período de reporte.

Em função do grau de julgamento da Administração na determinação das premissas utilizadas para a mensuração dessa estimativa, consideramos este tema como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos da Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita não faturada, com foco no entendimento da metodologia utilizada para cálculo da estimativa dessa receita.

Efetuamos o recálculo, em base de testes, da estimativa de faturamento e confronto com os registros contábeis no encerramento do exercício. Avaliamos a coerência e consistência das principais premissas utilizadas pela administração no cálculo da estimativa de faturamento, e também efetuamos comparação das estimativas apuradas durante os meses com a receita efetivamente faturada no mês subsequente.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia na mensuração da receita não faturada são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Ativos financeiros contratuais, ativos de contrato e intangível (Notas 12, 13 e 15)

A Companhia tem saldos relevantes registrados como Ativos Financeiros Contratuais, Ativos de Contrato e Ativo Intangível em 31 de dezembro de 2022, relacionados a investimentos realizados em consonância com os contratos de concessão de serviços de saneamento.

Os valores registrados como Ativos de Contrato referem-se aos gastos incorridos na infraestrutura em construção que, após sua conclusão, são transferidos para a operação. Como resultado do processo de bifurcação dos contratos de concessão, a Companhia reconhece como ativos financeiros as parcelas dos investimentos efetuados que não serão completamente amortizadas ao final do prazo da concessão e serão indenizadas pelo Poder Concedente. Os valores registrados no Ativo Intangível representam os investimentos que possuem expectativa de recuperação ao longo das concessões, baseada no recebimento de tarifas de serviços prestados aos usuários.

Em virtude da relevância dos valores envolvidos, da complexidade envolvida na bifurcação e no cálculo do valor presente dos ativos financeiros, consideramos os ativos da concessão como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relacionados com a classificação e mensuração dos contratos de concessão.

Inspecionamos, em bases amostrais, os documentos-suporte das adições ocorridas durante o exercício na conta Ativos de Contrato, bem como recalculamos e analisamos a razoabilidade das taxas de capitalização de juros e as margens de construção utilizadas. Adicionalmente, avaliamos o processo de transferência de ativos em construção para a operação.

Efetuamos o recálculo do ajuste a valor presente dos Ativos Financeiros Contratuais e das amortizações do ativo intangível reconhecidas no exercício, comparando-os com os saldos contábeis, e efetuamos leituras das divulgações efetuadas sobre o assunto em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na contabilização dos contratos de concessão são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da

Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 10 de março de 2023.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP00160/O-5

Rafael Biedemann Mariante
Contador CRC 1SP243373/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Ao Conselho de Administração da Corsan

1. OBJETIVOS

O objetivo deste relatório é de apresentar as principais conclusões, recomendações e atividades do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) no período compreendido entre 15/03/2022 e 08/03/2023, ou seja, equivalente ao interstício de tempo entre a emissão e aprovação da divulgação das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas da Corsan para os exercícios 2021 e 2022 (período deste relatório).

O objetivo da atuação do CAE é assessorar o Conselho de Administração, dentro das suas atribuições regulamentares.

2. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

2.1 Elaboração das demonstrações financeiras:

O Comitê avaliou o processo de elaboração das demonstrações financeiras e suas notas explicativas da Corsan no exercício de 2022 e concluiu que o mesmo é suficientemente adequado, e recomendou ao Conselho de Administração a aprovação da divulgação destas demonstrações.

2.2 Práticas de governança, de conformidade, de gestão de riscos.

2.3 Tratamento de denúncia

2.4 Auditoria Interna

2.5 Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

2.6 Parceria Público Privada (PPP)

2.7 Controles Gerais de Tecnologia da Informação - TI

3. PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES DESTE RELATÓRIO

Especificamente ao processo de elaboração das demonstrações financeiras, o Comitê recomenda que a Companhia persevere na melhoria dos controles e dos procedimentos como o percebido desde o exercício 2018, em especial àqueles aplicáveis ao conjunto de obras em andamento, os de formalização e análise de transações não usuais e os das transações que demandam interpretação e julgamento profissional.

4. EMISSÃO DESTE RELATÓRIO

O presente relatório é emitido e assinado pelos membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Corsan e é destinado ao conhecimento e análise do Conselho de Administração da Companhia, podendo ser divulgado ou compartilhado por ter seu acesso restringido por autorização do Conselho, de acordo com as regras de Segurança de Informação da Corsan.

Porto Alegre, 08 de março de 2023.

MARCO ANTÔNIO MAYER FOLETTO
Coordenador do CAE

LUIZ JOSÉ NOGUEIRA LIMA
Membro do CAE

NILTON DOS SANTOS
Membro do CAE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam aos exames do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Relatório sem ressalvas do Auditor Independente, Pricewaterhouse e Coopers Auditores

Independentes, datado de 10 de março de 2023, concluimos que os referidos documentos foram elaborados, em todos aspectos relevantes, de acordo com a legislação vigente.

Porto Alegre, 10 de março de 2023.

ALSONES BALESTRIN
Conselheiro

MARIA BETÂNIA BRAUN
Conselheira

PAULO ROBERTO DIAS PEREIRA
Conselheiro

